



PLANO DIRETOR

CAMPINA GRANDE DO SUL

Revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul (PR)

Produto 7 – PAI e monitoramento do PDM

Etapa 4 – Plano de Ação e Investimentos e institucionalização do PDM

Histórico de versões

Versão 1: 11/07/2024

Versão 2: 30/07/2024

Versão 3: 12/08/2024

Versão 4: 29/08/2024

VERSÃO PRELIMINAR

Apresentação

Este relatório é parte integrante da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Campina Grande do Sul (PR), referente ao Contrato n.º 140/2023 firmado entre a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul e a URBTEC™ na data de 25 de outubro de 2023, com Ordem de Serviço expedida em 11 de dezembro de 2023.

Equipe Técnica Municipal

Decreto Municipal n.º 2.150/2024

JEANDERSON TELL SOUZA DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ANTONIO AILTON SPERANCETA JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

NATALIE DE OLIVEIRA THOMAZINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ELISAINÉ CRISTINE CECCON CAVALHEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ODORICO BANDEIRA DE LIMA JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

ANDREIA MARINA TREVISAN DEL ZOTTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

BRUNA FERRARINI BERLEIS

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

BRUNA APARECIDA LOPES NASCIMENTO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

JIAN CARLOS HARTT VIDIGAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO

GUILHERME BONTORIN WALLER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO

LEANDRO MARTINS DE OLIVEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

WILSON FRANCISCO LEFFER JUNIOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

ARIELLY DE SOUZA DANTAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

JEFFERSON ROSA CORDEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

Equipe Técnica Principal URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | COORDENADOR GERAL
Me. ENGENHEIRO CIVIL

DÉBORA PINTO FOLLADOR | COORDENADORA DE USO DO SOLO
Dra. ARQUITETA URBANISTA

ALCEU DAL BOSCO JUNIOR | COORDENADOR DE MOBILIDADE
Me. ENGENHEIRO CIVIL

MARIANO DE MATOS MACEDO
Dr. ECONOMISTA

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
Esp. ADVOGADA

SÉRGIO LUIZ ZACARIAS
Me. JORNALISTA

Equipe Técnica Complementar URBTEC™

ALAÍSES CRISTINE WEBER
ENGENHEIRA AMBIENTAL

ALTAIR ROSA
Dr. ENGENHEIRO AMBIENTAL

ARTHUR RIPKA BARBOSA
Esp. GEÓGRAFO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA
Dr. GEÓGRAFO

BRUNO HENRIQUE FUJARRA
ECONOMISTA

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ
ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

DÉBORA LUIZA SCHUMACHER FURLAN
Ma. ARQUITETA URBANISTA

DHUANNE SANCHEZ LEITNER
ENGENHEIRA CIVIL

FABIO DOMINGOS BATISTA
Me. ARQUITETO URBANISTA

GUSTAVO DOS SANTOS BARBOSA
ARQUITETO URBANISTA

ILANA KRUCHELSKI
ARQUITETA URBANISTA

ISABELLE DE SANTIS SOUZA
DESIGNER

LUAN HENRIQUE RECHETELO DOS SANTOS
ARQUITETO URBANISTA

MANOELA MASSUCHETTO JAZAR
Dra. ARQUITETA URBANISTA

MATHEUS ROCHA CARNEIRO
JORNALISTA

MÁXIMO ALBERTO SILVA MIQUELES
Esp. ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

MICHELLI GONÇALVES STUMM
Dra. ECONOMISTA

NAOMI DE PAULA SCHEER
ARQUITETA URBANISTA

RENATO STALL FILHO
ARQUITETO URBANISTA

RODRIGO OTÁVIO FRAGA PEIXOTO DE OLIVEIRA
ENGENHEIRO CIVIL

STEPHANY CRISTINA FARIA DE SOUZA
ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

CLARA RODRIGUES GALVÃO
ESTAGIÁRIA DE ENGENHARIA AMBIENTAL

Siglas e abreviaturas

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AMEP	Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
CMC	Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul
CMDPCD	Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EHIS	Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social
EIT	Estudo de Impacto de Trânsito
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETSA	Estudos Técnicos Socioambientais
FAD	Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente
FMHIS	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
HPM	Habitação Popular de Mercado
IAT	Instituto Água e Terra
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Km	Quilômetro
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Plano de Ação de Emergência
PcD	Pessoa com deficiência
PDM	Plano Diretor Municipal

PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PEUC	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória
PLANARES	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PlanMob	Plano de Mobilidade
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMGIRS	Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNE	Pessoa com necessidade especial
PPP	Parceria Público-Privada
PR	Paraná
R\$	Reais
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SEEC	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SISPEHIS	Sistema de Informações Sobre Necessidades Habitacionais do Paraná
SM	Salário-mínimo
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UHE GPS	Usina Hidrelétrica Governador Pedro Viriato Parigot de Souza
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Vigiágua	Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
ZAS	Zona de Autossalvamento
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZSI	Zona de Serviço e Indústria

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Plano de Ação e Investimentos	13
2.1. Aspectos físico-espaciais	16
2.1.1. Aspectos regionais	16
2.1.2. Aspectos socioespaciais.....	22
2.1.3. Aspectos de habitação	29
2.1.4. Aspectos de patrimônio histórico, cultural e paisagístico.....	49
2.2. Aspectos ambientais.....	57
2.3. Aspectos de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos	68
2.3.1. Aspectos de equipamentos e serviços públicos	68
2.3.2. Aspectos de saneamento básico	83
2.3.3. Aspectos de circulação e mobilidade	89
2.4. Aspectos socioeconômicos	96
2.5. Aspectos institucionais	125
2.6. Projetos estruturantes estratégicos	132
2.6.1. Uso sustentável do solo.....	132
2.6.2. Desenvolvimento turístico.....	144
2.6.3. Fortalecimento institucional	157
3. Sistema de monitoramento do PDM.....	159
3.1. Comitê intersecretarial.....	160
3.2. Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul.....	161
3.3. Sistema municipal de informações	162
Referências	164

Índice de Quadros

Quadro 1 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos regionais (Diretriz 1)	16
Quadro 2 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioespaciais (Diretriz 2)	22
Quadro 3 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 3)	29
Quadro 4 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 4)	35
Quadro 5 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 5)	39
Quadro 6 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 6)	49
Quadro 7 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 7)	51
Quadro 8 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 8)	53
Quadro 9 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos ambientais (Diretriz 9)	57
Quadro 10 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos ambientais (Diretriz 10)	60
Quadro 11 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de equipamentos públicos (Diretriz 11)	68
Quadro 12 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de serviços e infraestruturas (Diretriz 12)	79
Quadro 13 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de saneamento básico (Diretriz 13)	83
Quadro 14 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de mobilidade e circulação (Diretriz 14)	89
Quadro 15 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de mobilidade e circulação (Diretriz 15)	91
Quadro 16 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioeconômicos (Diretriz 16)	96
Quadro 17 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioeconômicos (Diretriz 17) ..	104
Quadro 18 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos institucionais (Diretriz 18)	125
Quadro 19 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo centralidades urbanas)	135
Quadro 20 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo qualificação habitacional e urbanística da ocupação)	138
Quadro 21 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo mobilidade e acessibilidade)	141

Quadro 22 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo rotas turísticas)	146
Quadro 23 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo identidade municipal)	149
Quadro 24 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo infraestrutura e suporte ao turismo)	152
Quadro 25 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de fortalecimento institucional.....	158

1. Introdução

Este documento consiste no *Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos*, que compõe a Etapa 4 da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Campina Grande do Sul (PR), denominada Plano de Ação e Investimentos (PAI) e institucionalização. O PAI consolida as propostas elaboradas na etapa anterior (Etapa 3 – Definição e pactuação das diretrizes e propostas), especificando prioridades, prazos de execução, localização, custos estimados, fontes de recurso, responsáveis pela implementação, metas e indicadores de monitoramento. Este documento visa garantir os objetivos da revisão do PDM e deve ser incorporado na definição das políticas públicas setoriais e nos instrumentos orçamentários do município.

A estruturação deste relatório se dá na forma de três capítulos. O primeiro, este, dedica-se a uma introdução geral. No Capítulo 2 deste documento estão descritos os princípios e componentes do PAI, e apresentados os quadros para cada eixo temático. Já o Capítulo 3 propõe o sistema de monitoramento do PDM, por meio do estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento urbano e revisões periódicas do PDM. Esse sistema é fundamentado pela Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes gerais da política urbana, e pela Resolução n.º 34/2005 do Conselho das Cidades (ConCidades), que estabelece orientações quanto ao conteúdo mínimo do PDM.

2. Plano de Ação e Investimentos

Este capítulo tem por objetivo apresentar o Plano de Ação e Investimentos, contendo o detalhamento das ações propostas para cada aspecto trabalhado desde o diagnóstico do município, de modo a orientar os investimentos e as ações a serem implementadas pelo município nos próximos 10 anos.

A partir das diretrizes, estratégias e ações desenvolvidas para cada eixo temático no *Produto 6 – Plano de diretrizes e propostas (consolidado)*, o PAI apresenta critérios relacionados à execução das ações, em conformidade ao TR e ao *Produto 1 – Plano de Trabalho e metodologia*:

- **objetivo:** propósito, o que se espera alcançar com a execução da ação.
- **prioridade:** categorização da prioridade de execução das ações em baixa, média ou alta, em função de seus impactos para o alcance dos objetivos da revisão do PDM, da solução de problemas identificados no diagnóstico ou da maximização de potencialidades.
- **prazo de execução:** tempo previsto para a execução da ação, podendo ser curto prazo (em até 3 anos), médio prazo (entre 4 e 7 anos) ou longo prazo (entre 8 e 10 anos) — também pode indicar ações de execução contínua.
- **localização:** local para implantação da ação.
- **custo estimado**¹: investimentos necessários estimados para a execução da ação.
- **fontes de recursos:** procedência dos recursos necessários para a execução da ação, podem estar vinculados às esferas municipal, estadual ou federal, ou a outras fontes de financiamento e de investimento.
- **órgãos responsáveis**²: principais agentes executores da ação, sendo secretarias da administração pública municipal.

¹ O custo estimado poderá ser atribuído como **despesas correntes**, as quais representam compromissos contínuos e associam-se a custos recorrentes que demandam uma estratégia de organização financeira por parte da administração municipal. Os custos de natureza **técnico-administrativa** são despesas pontuais que podem ser atendidos com recursos internos da administração municipal, não necessitando de captação externa de recursos. Os **investimentos** envolvem aportes de capital de fontes externas como da iniciativa privada, fundos públicos estaduais ou federais, e são direcionados principalmente para infraestrutura, visando o desenvolvimento e a melhoria da estrutura geral do município.

² Cada ação delineada e detalhada no Plano de Ação e Investimentos é atribuída a uma única secretaria ou órgão municipal como o principal responsável pela execução. Contudo, a implementação de cada ação

- **meta:** resultado que se deseja alcançar pela execução da ação. Deve ser específica, mensurável, definida em um horizonte temporal e atingível.
- **indicadores de monitoramento:** medida utilizada para mensurar a execução da ação e o alcance da meta estabelecida.

Já as diretrizes para as quais as ações foram detalhadas são:

- **Aspectos físico-espaciais:**

- **Diretriz 1:** Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul.
- **Diretriz 2:** Promover uso e ocupação do solo, contendo a expansão urbana não planejada.
- **Diretriz 3:** Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul.
- **Diretriz 4:** Promover a reformulação integrada da legislação municipal de Habitação e de Regularização Fundiária (Reurb) ao Plano Diretor.
- **Diretriz 5:** Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis.
- **Diretriz 6:** Identificar bens de natureza material e imaterial no município.
- **Diretriz 7:** Desenvolver dispositivos de proteção aos bens de natureza material e imaterial no município.
- **Diretriz 8:** Promover valorização patrimonial.

- **Aspectos ambientais:**

- **Diretriz 09:** Preservar e monitorar os recursos hídricos.
- **Diretriz 10:** Preservar e monitorar as áreas verdes.

pode envolver a colaboração de outros órgãos e entidades, que são associados conforme necessário para garantir a eficiência e a integração das atividades propostas.

- **Aspectos da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos:**
 - **Diretriz 11:** Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul.
 - **Diretriz 12:** Garantir a gestão e a eficiência dos serviços, infraestruturas de saneamento básico e segurança.
 - **Diretriz 13:** Universalizar a prestação dos serviços de saneamento.
- **Aspectos da circulação e mobilidade:**
 - **Diretriz 14:** Promover a reestruturação do sistema viário, conforme estabelecido no Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul.
 - **Diretriz 15:** Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano de Mobilidade.
- **Aspectos socioeconômicos:**
 - **Diretriz 16:** Garantir o bem-estar social.
 - **Diretriz 17:** Promover o desenvolvimento econômico sustentável.
- **Aspectos institucionais:**
 - **Diretriz 18:** Modernizar a estrutura administrativa.

A seguir, são apresentados os quadros do Plano de Ação e Investimentos para cada uma das diretrizes, incluindo suas respectivas estratégias e ações detalhadas de acordo com os critérios estabelecidos.

2.1. Aspectos físico-espaciais

2.1.1. Aspectos regionais

Quadro 1 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos regionais (Diretriz 1)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
ASPECTOS REGIONAIS										
DIRETRIZ	D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E1.1 Fortalecer o sistema de transporte municipal visando a integração metropolitana	A1.1.1 Aprimorar linhas de ônibus municipais e intermunicipais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo PlanMob	Melhorar a eficiência, frequência e cobertura das linhas de ônibus municipais e intermunicipais para facilitar a mobilidade dos cidadãos e promover a integração metropolitana	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul, com ênfase nas áreas de maior demanda por transporte público e nas principais vias de integração metropolitana	R\$ 450.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná (AMEP); Empresas de transporte público	Aumentar em 30% o número de usuários do transporte público municipal e intermunicipal em até 7 anos, aprimorando a oferta e qualidade dos serviços de transporte em 20% das linhas de ônibus e melhorando a infraestrutura, a pontualidade e a acessibilidade	• Número de linhas de ônibus aprimoradas; • Frequência dos serviços de ônibus; • Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação); • Redução do tempo de espera nos pontos de ônibus; • Aumento no número de passageiros transportados

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS REGIONAIS

DIRETRIZ D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A1.1.2 Analisar e pleitear a integração tarifária entre os municípios da RMC para simplificar o uso de múltiplos modais, especialmente aqueles dentro do Núcleo Urbano Central da RMC	Facilitar a mobilidade dos cidadãos entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) através da simplificação tarifária, promovendo o uso integrado de diferentes modos de transporte	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul, com ênfase nas principais vias de integração metropolitana	R\$ 200.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Empresas de transporte público	Implementar um sistema de integração tarifária que reduza os custos em, pelo menos, 10%, e simplifique o uso de diferentes modos de transporte, beneficiando usuários de transporte público	• Número de municípios participantes na integração tarifária • Redução média dos custos de transporte para os usuários • Aumento no Número de usuários de transporte público • Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação) • Número de modos de transporte integrados

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS REGIONAIS

DIRETRIZ D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A1.1.3 Desenvolver infraestrutura de mobilidade ativa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo PlanMob.	Promover o uso de modos de transporte ativo, como caminhadas e ciclismo, através da criação de infraestrutura adequada, aumentando a acessibilidade e a sustentabilidade da mobilidade urbana	Média	Médio prazo	Áreas urbanas e vias de alta circulação em Campina Grande do Sul, especialmente aquelas conectando escolas, áreas comerciais e parques	R\$ 2.500.00,00 + Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Construir 20 km de infraestrutura cicloviária e calçadas adaptadas, promovendo um aumento de 25% no uso de transportes ativos pelos cidadãos até 2030	- Quilômetros de infraestrutura cicloviária e calçadas construídas - Número de usuários de transporte ativo (ciclistas e pedestres) - Redução no uso de veículos motorizados para curtas distâncias - Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação) - Impacto na saúde pública (número de pessoas que relatam aumento de atividade física)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS REGIONAIS

DIRETRIZ D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E1.2 Desenvolver um polo turístico e cultural integrado	A1.2.1 Criar um circuito turístico integrado entre Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Colombo e outros municípios da RMC.	Promover o turismo regional através da criação de circuitos turísticos integrados, destacando as atrações culturais, históricas e naturais dos municípios envolvidos, e impulsionando a economia local.	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul, principalmente nas divisas com Quatro Barras e Colombo	Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretarias de Turismo dos municípios envolvidos; Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Empresas e associações do setor turístico	Estabelecer um circuito turístico integrado com pelo menos 2 atrações principais, aumentar o número de visitantes em 50% nos próximos 5 anos e gerar um incremento de 10% na receita turística do município	• Número de atrações integradas no circuito turístico; • Número de visitantes nas atrações turísticas; • Receita gerada pelo turismo na região; • Satisfação dos visitantes (pesquisas de satisfação); • Número de eventos e atividades promovidas no circuito turístico

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
ASPECTOS REGIONAIS										
DIRETRIZ	D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E1.3 Fortalecer infraestruturas e serviços públicos integrados	A1.3.1 Ampliar o número de consórcios intermunicipais existentes, estabelecendo novas parcerias para gestão de serviços de saúde, saneamento, seguridade e turismo com Bocaiúva do Sul, Quatro Barras e Colombo.	Melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos através da cooperação intermunicipal, promovendo a gestão compartilhada e integrada de serviços essenciais como saúde, saneamento, seguridade e turismo.	Alta	Curto prazo	Campina Grande do Sul, principalmente nas divisas com Bocaiúva do Sul, Quatro Barras e Colombo	R\$ 200.000,00 + despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Consórcios Intermunicipais	Estabelecer pelo menos 3 novos consórcios intermunicipais para a gestão de serviços de saúde, saneamento, e seguridade promovendo melhoria de 20% nos índices de segurança pública ³ , saúde e saneamento em até 3 anos.	• Número de consórcios intermunicipais estabelecidos; • Qualidade dos serviços públicos oferecidos (avaliação por indicadores específicos de saúde, saneamento, segurança e turismo); • Satisfação dos cidadãos (pesquisas de satisfação); • Redução de custos operacionais através da gestão compartilhada; • Aumento na eficiência da prestação de serviços

³ Indicadores de Segurança pública a serem considerados na meta: 1) Redução na taxa de criminalidade (redução do número de crimes violentos — assaltos, homicídios, roubos —; diminuição de furtos e arrombamentos; redução de incidentes de violência doméstica); 2) Melhoria na resolução de crimes (aumento na taxa de resolução de casos de crimes — percentual de casos resolvidos pela polícia —; redução do tempo médio para a resolução de casos); 3) Aumento da presença policial (maior presença de patrulhas policiais em áreas de risco; redução no tempo de resposta a chamados de emergência); 4) Segurança percebida pela população (aumento na sensação de segurança entre os cidadãos); 5) Redução de incidentes relacionados a drogas (diminuição do número de apreensões de drogas; redução de casos de tráfico de drogas); 6) Melhoria na infraestrutura de segurança (instalação de câmeras de vigilância em áreas estratégicas; melhorias na iluminação pública em áreas críticas).

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
ASPECTOS REGIONAIS										
DIRETRIZ	D1 Promover a integração metropolitana de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A1.3.2 Realizar estudo, junto ao município de Quatro Barras, para aprimoramento da conexão da PR-506 com a UPA compartilhada.	Melhorar o acesso e a conexão viária entre a PR-506 e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) compartilhada, garantindo maior eficiência no atendimento de urgências e emergências.	Média	Curto prazo	PR-506 e entorno da UPA compartilhada (Campina Grande do Sul e Quatro Barras).	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Prefeitura de Quatro Barras	Realizar um estudo detalhado e iniciar as obras de melhoria da conexão viária, reduzindo o tempo de deslocamento para a UPA	• Conclusão do estudo de viabilidade • Início e progresso das obras de melhoria • Redução do tempo de deslocamento para a UPA • Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação)
	A1.3.3 Estudar parcerias intermunicipais para garantir a segurança na gestão de resíduos.	Promover a eficiência e a sustentabilidade na gestão de resíduos sólidos e na segurança ambiental através de parcerias intermunicipais, garantindo melhor qualidade de vida para os cidadãos e preservação ambiental.	Alta	Curto prazo	Campina Grande do Sul e municípios vizinhos da Região Metropolitana de Curitiba	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Demais órgãos envolvidos: Secretaria de Ordem Pública e Segurança; Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Consórcios Intermunicipais; Empresas de gestão de resíduos e segurança	Estabelecer pelo menos uma nova parceria intermunicipal para a gestão de resíduos, alcançando uma redução de 30% no volume de resíduos destinados a aterros sanitários.	• Número de parcerias intermunicipais estabelecidas • Volume de resíduos reciclados e reduzidos • Redução no volume de resíduos destinados a aterros • Satisfação dos cidadãos (pesquisas de satisfação)

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.1.2. Aspectos socioespaciais

Quadro 2 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioespaciais (Diretriz 2)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E2.1 Estimular a conexão do tecido urbano por meio da ocupação dos vazios urbanos	A2.1.1 Realizar o mapeamento de vazios urbanos aptos ao parcelamento do solo.	Controlar o uso do solo urbano e de áreas subutilizadas	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$ 50.000,00 (por atualização quadrienal)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Mapear 100% dos vazios urbanos municipais quadrienalmente	• Percentual de atualização do mapeamento de vazios urbanos; • Número de meses desde a última atualização
	A2.1.2 Regular e aplicar o instrumento Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) no município.	Garantir a adequada aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade para controle de áreas urbanas subutilizadas	Média	Curto prazo	Áreas urbanas subutilizadas	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Publicar decreto e portarias para a implementação de ações do PEUC em áreas subutilizadas em até 3 anos.	• Publicação do decreto e portarias; • Número de ações de PEUC aplicadas por ano
	A2.1.3 Fomentar parcerias público-privadas para a ocupação de áreas aptas à urbanização, envolvendo a provisão de infraestrutura e parcelamento de áreas urbanas subutilizadas.	Promover adequada ocupação de áreas com provisão de infraestrutura	Baixa	Médio prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Estabelecer e executar pelo menos 1 projetos de PPP para ocupação de áreas aptas à urbanização	Número de parcerias estabelecidas e executadas; Soma das áreas afetadas por projetos de PPP (anual e acumulada)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A2.1.4 Elaborar projetos urbanísticos estruturadores de qualificação viária para induzir a ocupação e a conexão do tecido urbano.	Desenvolver projetos urbanísticos que qualifiquem a infraestrutura viária para estimular a ocupação dos vazios urbanos e promover a conexão eficiente do tecido urbano, melhorando a mobilidade e a acessibilidade no município.	Alta	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$ 400.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Elaborar e implementar pelo menos 2 projetos urbanísticos estruturadores, visando a qualificação de vias urbanas, para estimular a ocupação dos vazios urbanos e melhorar a conexão do tecido urbano dentro de 7 anos.	• Número de projetos urbanísticos elaborados e implementados; • Extensão de vias urbanas qualificadas (em km); • Percentual de vazios urbanos ocupados; • Melhoria nos índices de mobilidade e acessibilidade urbana.
E2.2 Estabelecer a BR-116 como eixo para vetor de crescimento de atividades industriais e turísticas	A2.2.1 Desenvolver estudo de rotas complementares, envolvendo análise do solo e impacto ambiental e implementação de infraestrutura básica, como energia, água e saneamento, para suportar as zonas industriais.	Realizar um estudo abrangente para identificar e desenvolver rotas complementares, incluindo análise do solo e avaliação de impacto ambiental, além de implementar infraestrutura básica necessária (energia, água e saneamento) para suportar o desenvolvimento das zonas industriais ao longo da BR-116.	Alta	Médio prazo	Áreas adjacentes à BR-116	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; SANEPAR	Desenvolver ao menos 1 estudo de rotas complementares, incluindo a análise do solo e impacto ambiental em 100% das rotas identificadas, e implementar a infraestrutura básica necessária para 100% das zonas industriais planejadas ao longo da BR-116 dentro de 7 anos.	• Número de estudos de rotas complementares desenvolvidos; • Percentual de áreas analisadas em termos de solo e impacto ambiental; • Extensão de infraestrutura de energia, água e saneamento instalada; • Número de zonas industriais com infraestrutura básica implementada.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A2.2.2 Implementar obras de manutenção, como melhoria da sinalização, saneamento urbano, transporte, energia e iluminação.	Realizar obras de manutenção e melhorias na infraestrutura ao longo da BR-116, incluindo sinalização, saneamento urbano, transporte, energia e iluminação, para suportar o desenvolvimento das atividades industriais e turísticas na região.	Alta	Curto prazo	BR-116	R\$ 3.500,000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Infraestrutura e Logística; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Concessionária Autopista	Concluir as obras de manutenção e melhoria da infraestrutura ao longo da BR-116, incluindo a instalação de novos postes de iluminação, rede de saneamento, melhoria na sinalização dentro de 3 anos.	- Extensão das melhorias de sinalização implementadas; - Quilômetros de redes de saneamento instaladas; - Número de novos postes de iluminação instalados; - Satisfação dos usuários da BR-116 com as melhorias.
	A2.2.3 Identificar pontos de interesse turístico ao longo da rodovia e nas proximidades.	Mapear e promover pontos de interesse turístico ao longo da BR-116 e nas suas proximidades, visando aumentar o fluxo de visitantes e fomentar o desenvolvimento econômico local através do turismo.	Média	Curto prazo	BR-116 e adjacências	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Identificar e mapear ao menos 3 pontos de interesse turístico ao longo da BR-116 e nas proximidades, criar ao menos 2 materiais de divulgação e sinalização, e aumentando o fluxo de turistas na região dentro de 3 anos.	- Número de pontos de interesse turístico identificados e mapeados; - Quantidade de materiais de divulgação e sinalização criados e distribuídos; - Aumento no fluxo de turistas nos pontos de interesse mapeados; - Impacto econômico do aumento do turismo na região

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A2.2.4 Estruturar projetos de parceria público-privada para o desenvolvimento de infraestrutura turística e industrial.	Desenvolver e implementar projetos de parceria público-privada (PPP) para a criação e melhoria de infraestrutura turística e industrial ao longo da BR-116, promovendo o crescimento econômico sustentável da região.	Alta	Médio prazo	Áreas adjacentes à BR-116	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;	Estabelecer e executar pelo menos 2 projetos de PPP para desenvolvimento de infraestrutura turística e industrial ao longo da BR-116, criando novas oportunidades de negócios e empregos e melhorando a atratividade turística da região dentro de 7 anos.	- Número de projetos de PPP; estabelecidos - Investimentos captados através de PPPs; - Número de novos negócios e empregos gerados - Aumento no fluxo de turistas e atividade industrial na região
	A2.2.5 Regularizar realização de avaliações de impacto ambiental para todos os novos projetos desenvolvidos ao longo do eixo da BR-116.	Garantir que os novos projetos industriais e turísticos ao longo da BR-116 sejam sustentáveis e minimizem os impactos ambientais através da regulamentação e implementação obrigatória de Avaliações de Impacto Ambiental (AIA).	Alta	Curto prazo	BR-116	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Regularizar a obrigatoriedade das avaliações de impacto ambiental para todos os novos projetos ao longo da BR-116 e garantir que 100% dos novos projetos cumpram essa exigência dentro de 3 anos.	- Número de regulamentações implementadas; - Percentual de novos projetos submetidos a Avaliações de Impacto Ambiental; - Redução nos impactos ambientais negativos decorrentes dos novos projetos

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E2.3 Mitigar conflitos entre os usos residenciais e não residenciais	A2.3.1 Definir parâmetros de incomodidade e mecanismos de controle para garantir a compatibilidade entre usos residenciais e não residenciais, sobretudo em áreas densamente ocupadas por usos habitacionais.	Controlar possíveis conflitos de uso do solo	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Publicar documento que define os padrões de comodidade em até 2 anos após a promulgação do plano diretor; Realizar mapeamento anual das ocorrências de incomodidade	- Publicação do documento que define os padrões de comodidade; - Painel informativo com mapeamento anual de casos verificados, fiscalizados e denunciados, por tipo de ocorrência de incomodidade
	A2.3.2 Estabelecer o cumprimento dos parâmetros de incomodidade para emissão e renovação de licenciamento para usos não residenciais.	Controlar possíveis conflitos de uso do solo	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Apurar 100% das ocorrências de incomodidade abertas anualmente	- Número de processos recebidos anualmente/ Número de processos apurados anualmente - Painel informativo com mapeamento anual de casos verificados, fiscalizados e denunciados, por tipo de ocorrência de incomodidade
	A2.3.3 Garantir qualidade urbana e participação da população a partir de audiências de avaliação e aprovação de empreendimentos de impacto.	Permitir participação popular no controle da instalação de empreendimentos de impacto	Média	Curto prazo	Município	R\$ 15.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Realizar ao menos 1 audiência pública garantindo a participação de munícipes nos processos de aprovação de empreendimentos de impacto	- Número de audiências públicas realizadas; e - Número de participantes nas audiências por empreendimento

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS

DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A2.3.4 Viabilizar melhorias e adequações urbanas na implementação de empreendimentos de impacto.	Garantir adequação de empreendimentos às condições ambientais e à infraestrutura	Média	Curto prazo	Perímetro urbano	(ações de mitigação correm às despesas dos empreendedores)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Regulamentação e implementação dos mecanismos em até 3 anos	Relatório anual de ações de mitigação, contendo: área afetada, empreendimento originário, ações mitigadoras e valores investidos
	A2.3.5 Garantir a efetiva aplicação do EIV/EIT.	Prevenir e remediar impactos de empreendimentos	Alta	Curto prazo	Município	(estudos de impacto correm às despesas dos empreendedores)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Regulamentar a implementação do EIV/EIT em até 3 anos; Submeter 100% dos novos empreendimentos enquadrados ao EIV/EIT anualmente	Número de EIT/EIVs em andamento e aprovados anualmente;
E2.4 Controlar o parcelamento de solo sobre áreas de risco, áreas ambientalmente frágeis e áreas para onde é prevista baixa densidade construtiva	A2.4.1 Estabelecer mecanismos de fiscalização sobre o parcelamento de áreas irregulares e/ou inaptas ao parcelamento.	Mitigar parcelamentos irregulares	Média	Curto prazo	Perímetro urbano	R\$ 200.000,00 (ano)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Varredura bianual do território municipal por mecanismos fiscalizatórios	Relatório Anual de Fiscalização de Parcelamentos e Edificações Irregulares
	A2.4.2 Desenvolver canal de denúncia de atividades de parcelamento e edificação irregulares.	Garantir mecanismo de participação popular na identificação de empreendimentos irregulares	Alta	Curto prazo	Prefeitura	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Estabelecer ao menos 1 canal de denúncia (telefone, online) em até 2 anos; Apuração de 100% das denúncias a cada ano.	- Número de canais de denúncia estabelecidos; - Número de denúncias - Relatório anual de apuração denúncias
	A2.4.3 Realizar vistorias sobre novos parcelamentos para verificação da regularidade da subdivisão.	Prevenir parcelamentos irregulares em áreas ambientalmente sensíveis	Alta	Execução Contínua	Perímetro urbano	R\$ 200.000,00 (ano)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	100% de novos parcelamentos vistoriados em áreas prioritárias e 40% em áreas de baixo impacto	Mapa de áreas vistoriadas e percentual de áreas vistoriadas dentre aquelas com parcelamento requerido

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
DIRETRIZ	D2 Promover uso e ocupação sustentável do solo, contendo a expansão urbana não planejada									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E2.5 Conter a descaracterização de áreas com predominância de usos rurais	A2.5.1 Reforçar mecanismos de fiscalização de parcelamento em áreas rurais.	Prevenir parcelamentos irregulares em áreas rurais	Média	Execução contínua	Área rural	R\$ 200.000,00 (ano)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Realizar varredura bianual do território municipal por mecanismos fiscalizatórios	Subdivisões territoriais rurais fiscalizadas a cada quadrimestre
	A2.5.2 Desenvolver, em parceria com a Copel e o IAT, proposta de revisão do zoneamento sustentável da Reserva do Capivari para garantir a adequada destinação e compatibilização do uso no território rural.	Revisar o ordenamento territorial rural para conter a descaracterização de territórios rurais	Média	Médio prazo	Entorno da reserva do Capivari	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar a revisão do zoneamento socioambiental e ao menos 1 estudo dos efeitos das alterações sobre o território em até 3 anos	- Revisão do zoneamento socioambiental realizada; - Relatório/Parecer da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura sobre efeitos possíveis das alterações

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.1.3. Aspectos de habitação

Quadro 3 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 3)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E3.1 Criar um Setor (ou Departamento) específico que seja responsável por gerir e implementar a política habitacional no município	A3.1.1 Avaliar o organograma e a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, bem como as capacidades de recursos físicos, humanos e financeiros, para a estruturação de um setor (ou departamento) dedicado à pauta da Habitação no município, vinculado ao órgão municipal responsável pelo Urbanismo.	Obter subsídios para embasar as definições e a tomada de decisões para a estruturação do órgão municipal de habitação.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Equipe formada, avaliações internas realizadas e proposta de estruturação consolidada e apresentada ao Gabinete do Prefeito em até 2 anos.	- Composição da equipe responsável pela avaliação e proposição do órgão municipal. - Realização de reuniões para avaliação e para proposição do órgão municipal. - Consolidação da proposta de estruturação do órgão municipal.
	A3.1.2 Instituir legalmente a estrutura técnico-administrativa exclusivamente dedicada à gestão, ao planejamento e à implementação das políticas habitacionais no município.	Criar um órgão municipal específico e regulamentar sua atuação, competências e atribuições, de modo a conferir maior relevância à pauta habitacional e priorizar o direito à moradia como um direito social fundamental.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Ato normativo de criação do órgão municipal de habitação aprovado em até 3 anos.	Projeto de Lei de criação do órgão municipal de habitação elaborado (ou incorporação da proposta à lei municipal de reestruturação administrativa da Prefeitura) e encaminhado para aprovação.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A3.1.3 Definir as ações e atribuições conjuntas e as formas de articulação dos diferentes setores associados à pauta da Habitação, como Urbanismo, Meio Ambiente, Ação Social, Obras e Serviços Públicos, assegurando uma abordagem abrangente, integrada e coordenada da questão habitacional em nível local.	Garantir que todos os setores relevantes para a pauta habitacional trabalhem de forma articulada, eficiente e coordenada, promovendo uma abordagem integrada para enfrentamento dos desafios habitacionais.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar ao menos 3 reuniões para definir o escopo de atuação e fluxos de processos validados pelos órgãos municipais atuantes nas políticas habitacionais e atualização dos documentos em até 3 anos.	- Reuniões intersectoriais realizadas com intuito de definição das atribuições e dos fluxos de trabalho. - Existência e atualização de documentos formais que detalhem as responsabilidades e atribuições de cada setor.
	A3.1.4 Dotar o setor (ou departamento) com os recursos e infraestruturas necessárias para o aprimoramento da política habitacional do município, designando, no mínimo, um profissional especializado para compor tal estrutura inicialmente e a complementação do quadro de fiscais urbanos.	Compor equipe técnica, bem equipada, com profissionais qualificados para aprimorar a política habitacional, garantindo uma gestão mais eficiente e eficaz da pauta.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: órgão municipal de habitação instituído	Contratação de profissional para compor o órgão municipal de habitação efetuada em até 4 anos.	Profissional convocado, contratado, alocado e atuante no órgão municipal de habitação.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A3.1.5 Designar, em médio a longo prazo, uma equipe integralmente dedicada à gestão técnico-administrativa da Habitação.	Formar uma equipe especializada e dedicada exclusivamente à gestão da habitação, para uma gestão mais eficiente da pauta e atendimento das necessidades habitacionais.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: órgão municipal de habitação instituído	Contratação efetuada de profissional(is) para compor o órgão municipal de habitação.	- Número de profissionais alocados no órgão municipal de habitação. - Recursos (R\$) aplicados no órgão municipal de habitação.
	A3.1.6 Estabelecer parcerias, convênios e/ou termos de cooperação com instituições e/ou organizações da sociedade civil, acadêmicas e/ou outras entidades relevantes para fortalecer as ações habitacionais em nível municipal, a exemplo de convênios para estágio, estudos técnicos e desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados à habitação para o município.	Ampliar a capacidade técnica da Prefeitura para melhoria das práticas habitacionais e enfrentamento do déficit qualitativo.	Baixa	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Possibilidade de convênios, e/ou termos de parceria com instituições, entidades etc.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Termo de Convênio (ou de Cooperação) firmado com Instituição de Ensino Superior e/ou Instituição de Pesquisa, Desenvolvimento e/ou Inovação em até 6 anos.	- Contatos efetuados e/ou reuniões realizadas com instituições selecionadas. - Termo(s) de convênio (ou de cooperação) definido(s), pactuado(s) e formalizado(s), contendo escopo, obrigações, prazos e recursos envolvidos.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E3.2 Implementar uma gestão baseada em dados no Setor (ou Departamento) de Habitação	A3.2.1 Realizar um levantamento abrangente e a atualização periódica dos dados relacionados à Habitação, incluindo dados espaciais (mapeamento) e dados da demanda habitacional (déficit quantitativo e qualitativo), perfil demográfico da demanda, atendimento por projetos e programas, condições de moradias, áreas de ocupação irregular, áreas sujeitas a riscos e áreas com irregularidades fundiária e urbanística (acesso a serviços e infraestruturas deficitário), entre outros.	Consolidar um banco de dados habitacionais do município para uma tomada de decisão melhor embasada, a exemplo da priorização de investimentos com base na identificação das localidades com maior carência habitacional e/ou maior risco à permanência no local.	Alta	Curto prazo (banco de dados estruturado); Execução contínua (atualização do banco de dados)	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Defesa Civil Municipal; Setor responsável pelo SIG municipal; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído	Banco de dados habitacionais do município consolidado em até 2 anos e incorporado ao Sistema de Informações Geográficas (SIG) do município, com atualização semestralmente.	- Estruturação do banco de dados espaciais da habitação (georreferenciado), incluindo: programas; loteamentos; favelas; áreas com irregularidades fundiária e/ou urbanística; e ocupações sujeitas a riscos. - Banco de dados e informações consolidado, com informações da demanda habitacional (quantitativa e qualitativa) e perfil social das famílias com necessidades.
	A3.2.2 Promover o preenchimento e atualização dos dados do cenário habitacional em sistemas habitacionais das instâncias federal e estadual, possibilitando que haja a continuidade de programas e projetos, a formulação de estratégias, repasses e financiamentos estaduais.	Garantir que haja a continuidade dos programas estaduais no município e que sejam realizados repasses e financiamentos.	Alta	Curto prazo (preenchimento dos dados atuais) Execução contínua (atualização periódica dos sistemas)	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Dados habitacionais do município preenchidos no Sistema da COHAPAR e no SNHIS em até 06 meses após a instituição do órgão municipal de habitação; Após a estruturação do banco de dados (A3.2.1), realizar atualização dos sistemas estaduais anualmente.	- SNHIS atualizado anualmente. - SISPEHIS (COHAPAR) atualizado anualmente.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A3.2.3 Definir indicadores de desempenho para monitorar e avaliar a eficácia das políticas habitacionais, permitindo uma avaliação objetiva do progresso alcançado e a identificação de áreas que requerem intervenção para formulação de programas específicos.	Tornar o processo de avaliação das políticas habitacionais mais objetivo, por meio de um conjunto de indicadores que abranjam diferentes aspectos, desde o acesso à habitação até a qualidade das moradias e os impactos gerados na comunidade.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	Estruturar sistema de monitoramento contínuo, e definir conjunto de indicadores de desempenho para a coleta de dados da política habitacional relevantes; 100% de utilização dos resultados obtidos para a (re)formulação de programas habitacionais.	- Estruturação do sistema de monitoramento contínuo - Conjunto de indicadores de desempenho, de avaliação e de monitoramento definidos para as ações permanentes e estratégicas do órgão municipal de habitação. (Re)formulação de programas habitacionais por meio da utilização dos dados coletados
	A3.2.4 Promover a transparência na gestão dos dados, disponibilizando informações relevantes para o público em geral, garantindo a prestação de contas à população quanto ao uso de recursos públicos e os resultados alcançados.	Garantir que os dados da gestão habitacional estejam acessíveis e sejam compreensíveis pela população, promovendo a transparência e a responsabilidade na administração dos recursos públicos.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Atualizar 100% dos dados habitacionais anualmente e disponibilizá-los no site da Prefeitura ou outro portal online de transparência, com informações sobre o uso dos recursos públicos e resultados alcançados pelas políticas habitacionais, em atendimento à Lei da Transparência e à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	- Percentual de dados habitacionais atualizados (anualmente). - Percentual dos dados e informações relacionadas à gestão habitacional disponibilizados (considerando os dados que são publicáveis, em atendimento à Lei da Transparência e à LGPD).

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D3 Estruturar a área da Habitação na Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E3.3 Restabelecer os instrumentos da Política Municipal de Habitação	A3.3.1 Reativar o Conselho Gestor de Habitação de Interesse Social e o Fundo de Habitação de Interesse Social.	Direcionar e gerir os recursos para investimentos em projetos e programas de habitação de interesse social.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Procuradoria Geral do Município	FMHIS em operação, com gestão dos recursos obtidos dos instrumentos urbanísticos. Programas setoriais realizados com recursos do FMHIS. Conselho Gestor de HIS atuante.	• Valor (R\$) gerido pelo FMHIS (ao ano). • Número de reuniões realizadas pelo Conselho Gestor de HIS, com base na periodicidade estabelecida em regulamento ou normativa específica. • Número de programas estaduais realizados com aplicação dos recursos do FMHIS.

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 4 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 4)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D4 Promover a reformulação integrada da legislação municipal de Habitação e de Regularização Fundiária (Reurb) ao Plano Diretor									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E4.1 Atualizar a legislação municipal de Regularização Fundiária (Reurb)	A4.1.1 Atualizar a legislação municipal, incorporando os dispositivos trazidos pela Lei Federal da Reurb (Lei n.º 13.465/2017).	Criar um arcabouço legal que permita a implementação efetiva da Reurb no município, simplificando procedimentos e promovendo a regularização fundiária plena.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído	Ato normativo aprovado em até 2 anos.	- Projeto de lei de alteração da norma municipal de Reurb encaminhado para aprovação. - Lei Municipal de Reurb aprovada.
E4.2 Aplicar os instrumentos da ZEIS para produção de HIS, empreendimentos de HIS e HPM e da ZEIS de Regularização Fundiária	A4.2.1 Acompanhar a aprovação da legislação específica dos instrumentos urbanísticos e das ZEIS junto à Câmara Municipal de Vereadores, possibilitando sua aplicação pelo Poder Executivo durante a implementação do Plano Diretor revisado.	Garantir a regulamentação das ZEIS, tal qual definida pelo processo técnico e participativo de revisão do Plano Diretor de 2024, de forma a aplicá-las de forma conjunta aos demais instrumentos urbanísticos.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído	Ato normativo aprovado em consonância com a legislação correlata ao Plano Diretor revisado em 2024.	- Projeto de lei de alteração de regulamentação da ZEIS encaminhado para aprovação. - Lei das ZEIS aprovada.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D4 Promover a reformulação integrada da legislação municipal de Habitação e de Regularização Fundiária (Reurb) ao Plano Diretor

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A4.2.2 Aplicar o instrumento da ZEIS em áreas, terrenos e/ou imóveis vazios, não edificadas, subutilizados ou não utilizados, visando a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HPM), tendo como referência as zonas urbanas selecionadas para este fim, conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo.	Aplicar o instrumento da ZEIS de forma a reservar áreas para habitação e utilizar terrenos e glebas ociosas para loteamentos residenciais e produção de HIS e HPM.	Média	Execução contínua	Áreas definidas pela legislação municipal para aplicação das ZEIS de produção habitacional.	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Estoque ampliado de áreas destinadas à habitação social em ZEIS e déficit habitacional reduzido em com a produção de moradias nas ZEIS.	- Percentual de áreas regulares destinadas à habitação social que foram utilizadas para produção de moradias. - Percentual de redução do déficit habitacional em comparação ao registro do ano anterior.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D4 Promover a reformulação integrada da legislação municipal de Habitação e de Regularização Fundiária (Reurb) ao Plano Diretor

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A4.2.3 Aplicar o instrumento da ZEIS de Regularização Fundiária, em áreas públicas ou privadas ocupadas por assentamentos precários, favelas urbanas, loteamentos e/ou conjuntos habitacionais irregulares, em condições de vulnerabilidade e precariedade, com o objetivo principal de estabelecer normas especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo, viabilizando a regularização, melhoria habitacional e a urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.	Aplicar o instrumento da ZEIS de forma a promover a regularização fundiária completa e a priorização de investimentos nos assentamentos precários.	Alta	Execução contínua	Zonas urbanas definidas pela Lei para aplicação das ZEIS de Reurb.	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Procuradoria Geral do Município; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	70% das famílias em ocupações vulneráveis atendidas por programas de Reurb plena, com a provisão de serviços, infraestruturas e melhorias habitacionais.	Percentual de famílias atendidas por programas de regularização fundiária, diferenciando-os em: Reurb jurídica (Moradia Legal); e a Reurb plena ⁴ , com provisão de infraestruturas e melhorias habitacionais.
	A4.2.4 Realizar o monitoramento da dinâmica imobiliária nas áreas de ZEIS e entornos próximos, incluindo a verificação do preço da terra praticado pelo mercado, pedidos de aprovação de projetos e controle urbano.	Integrar os dados a serem monitorados ao banco de dados habitacionais do município (está integrada à Ação A3.2.1).	Média	Execução contínua	Zonas definidas pela legislação municipal para aplicação das ZEIS de produção habitacional e áreas das ZEIS de Reurb.	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Após a consolidação do banco de dados (Ação A3.2.1) realização de sua atualização periódica.	• Percentual de dados incorporados ao banco de dados habitacionais. • Percentual de utilização dos resultados obtidos para a (re)formulação de programas habitacionais.

⁴ A **regularização fundiária plena** integra a **regularização dominial-registral**, efetuada pelo Moradia Legal, que garantiu a segurança da posse ou o título de propriedade aos moradores; a **regularização urbanística**, por meio do planejamento urbano, com parâmetros específicos de uso e ocupação do solo, provisão de infraestruturas urbanas e acesso a equipamentos sociais; e a **regularização socioambiental**, ao defender a manutenção dos moradores em suas comunidades, integrados ao ambiente em que estão inseridos e considerando sua inclusão a bens culturais, materiais e simbólicos.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D4 Promover a reformulação integrada da legislação municipal de Habitação e de Regularização Fundiária (Reurb) ao Plano Diretor									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E4.3 Aplicar os instrumentos urbanísticos para ampliar o acesso à moradia no município e promover a regularização fundiária	A4.3.1 Utilizar de forma individualizada ou conjunta, quando se fizer necessário, os instrumentos urbanísticos regulamentados para promover a implementação de programas, projetos e obras de HIS.	Ampliar o acesso à moradia no município e promover a regularização fundiária.	Alta	Execução contínua	Áreas definidas pela legislação municipal para aplicação das ZEIS e demais instrumentos urbanísticos.	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Procuradoria Geral do Município	Estoque de áreas regulares destinadas à habitação para famílias de baixa renda	- Número de aplicação de instrumentos de forma conjunta com as ZEIS (ao ano). - Percentual de ampliação das áreas destinadas à habitação social em comparação à legislação vigente em 2024.

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 5 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de habitação (Diretriz 5)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis ⁵									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.1 Revisar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)	A5.1.1 Realizar um processo participativo e técnico de atualização e revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Campina Grande do Sul, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (PDUI-RMC) e com o Plano Diretor Municipal.	Promover a revisão do PLHIS de forma participativa e técnica, alinhando-o com o PDUI-RMC e o Plano Diretor revisado em 2024.	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 350.000,00	Recursos municipais; Parcerias com agências de desenvolvimento e/ou termos de cooperação técnica	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	PLHIS atualizado, aprovado e em implementação em até 04 anos. 100% dos dados habitacionais atualizados incorporados ao SIG Municipal.	- Número de encontros realizados para envolver a comunidade no processo de atualização do PLHIS. - Percentual dos dados habitacionais atualizados incorporados ao SIG Municipal.
	A5.1.2 Atualizar e acompanhar os dados do déficit habitacional do município, considerando o perfil socioeconômico da demanda por habitação, verificação das necessidades habitacionais específicas, diferenciação entre o déficit quantitativo e o déficit qualitativo, entre outros fatores relevantes para subsidiar a definição de estratégias e programas setoriais.	Integrar os dados a serem monitorados ao banco de dados habitacionais do município (está integrada à Ação A3.2.1).	Média	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Após a consolidação do banco de dados (Ação A3.2.1), realização de sua atualização periódica (semestral).	- Percentual de dados incorporados ao banco de dados habitacionais do município. - Percentual de utilização dos resultados obtidos para a (re)formulação de programas habitacionais.

⁵ Considera-se população mais vulnerável aquela em que as famílias possuem renda mensal de até 3 salários-mínimos.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis ⁵									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.2	Disseminar e publicizar as iniciativas do setor habitacional à população									
	A5.2.1 Estruturar, junto ao setor responsável pela comunicação na Prefeitura, campanhas municipais para: a) publicizar programas de financiamento e subsídio à produção de HIS e demais projetos de habitação e respectivos empreendimentos; b) orientar a população a não adquirir imóveis em loteamentos clandestinos e/ou irregulares, em áreas protegidas ambientalmente e em áreas sujeitas a riscos; c) disseminar informações relacionadas, utilizando linguagem simples e acessível para ampliar a participação e esclarecer a importância dos programas; d) prestar esclarecimentos sobre as obrigações e incentivos oferecidos aos empreendedores e proprietários de terrenos em áreas de especial interesse.	Promover a conscientização e o engajamento da população e empreendedores sobre os programas de habitação, práticas seguras de aquisição de imóveis em áreas urbanas e rurais e as obrigações e incentivos existentes, utilizando campanhas informativas e educativas.	Baixa	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído	Realizar pelo menos 2 campanhas por ano.	Número de campanhas realizadas anualmente em diferentes canais de comunicação e mídias (por ano).

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis⁵

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.3 Elaborar estudos e implementar programas para o reassentamento da população em situação de risco	A5.3.1 Elaborar Estudos Técnicos Socioambientais (ETSA) para as ocupações urbanas e rurais sujeitas a riscos de inundação e deslizamento de terra, com intuito de averiguar se há possibilidade de permanência ou necessidade de reassentamento da população, indicando medidas mitigatórias (caso sejam viáveis), de modo a subsidiar a elaboração dos Planos de Regularização Fundiária.	Identificar e qualificar, por meio de estudos técnicos, o risco à permanência de ocupações existentes em áreas ambientais protegidas legalmente e áreas sujeitas a riscos diversos, conforme o PLHIS atualizado (Estratégia E5.1, Ação A5.1.1).	Média	Médio prazo	Ocupações de áreas ambientais protegidas legalmente e sujeitas a riscos, conforme o banco de dados habitacionais.	R\$ 200.000,00 (estimativa por ETSA)	Recursos municipais; Parcerias com agências de desenvolvimento e/ou termos de colaboração.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Defesa Civil Municipal	100% das áreas com Estudos Técnicos Socioambientais elaborados, de forma a embasar as ações dos projetos específicos de Reurb (e/ou Programa Municipal de Reurb)	- Percentual de áreas sujeitas a riscos e áreas ambientais ocupadas analisadas por meio dos estudos. - Atualização do banco de dados municipais com os resultados dos estudos de risco.
	A5.3.2 Elaborar e implementar um programa para reassentamento das ocupações em áreas urbanas sujeitas a riscos nas áreas registradas no Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (Versão 103 - Atualizado em: 08/04/2024).	Desenvolver e executar um programa de reassentamento para atender às áreas urbanas sujeitas a riscos, conforme identificadas pelo Plano de Contingência Municipal e complementadas pelo PLHIS atualizado (Estratégia E5.1, Ação A5.1.1).	Alta	Médio prazo	Áreas urbanas sujeitas a inundação: Centro e Jardim da Campina; Jardim Santa Rita de Cássia; Jardim Santa Rosa; e Joana Olímpia Áreas urbanas sujeitas a deslizamentos: Jardim da Colina; e Jardim João Paulo II.	R\$ 100.000,00 (elaboração do programa)	Firmar parceria com outras entidades governamentais, ONGs, e empresas privadas para apoiar o processo de realocação.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Procuradoria Geral do Município; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Realocar a totalidade das famílias em ocupações urbanas sujeitas a riscos em áreas seguras e próximas de sua origem, em até 4 anos.	- Percentual de famílias realocadas para áreas seguras e próximas de sua origem. - Percentual de áreas de risco que foram desocupadas ao longo do programa. - Percentual de incidentes relacionados a desastres em áreas de risco (antes e após realocações).

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis ⁵									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A5.3.3 Elaborar estudo para análise de risco à permanência (ETSA ou semelhante) para as áreas registradas no Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil (Versão 103 - Atualizado em: 08/04/2024).	Identificar e qualificar, por meio de estudos técnicos, o risco à permanência de ocupações urbanas dispersas e rurais, conforme identificado pelo Plano de Contingência Municipal e pelos registros municipais, complementados pelo PLHIS atualizado (Estratégia E5.1, Ação A5.1.1).	Alta	Médio prazo	Barra da Cruz, Capivari, Terra Boa / Paiol de Baixo, Ribeirão Grande e Ribeira (com base no Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil — Versão 103 — Atualizado em: 08/04/2024); Canelinha, Cerne, Coxo e Taquari (áreas atingidas por inundação decorrente de chuvas intensas, nas quais foi decretado estado de emergência pelo Decreto Municipal n.º 1.876, de 29 de novembro de 2022) Araçatuba, Barragem, Jaguatirica e Rio Bonito (outras comunidades rurais nas quais há registros de enfrentamento de problemas de inundação).	R\$ 200.000,00 (estimativa por ETSA)	Recursos municipais; Parcerias com agências de desenvolvimento e/ou termos de colaboração.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Defesa Civil Municipal	100% das áreas com Estudos Técnicos Socioambientais elaborados, de forma a embasar as ações dos projetos específicos de Reurb (e/ou Programa Municipal de Reurb); e atualização do banco de dados municipais com os resultados dos estudos de risco.	• Percentual de ocupações sujeitas a riscos e áreas ambientais ocupadas analisadas por meio dos estudos de risco. • Dados municipais atualizados com os resultados dos estudos de risco.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis⁵

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A5.3.4 Promover estudo para a verificação do risco à permanência da população ribeirinha ao Rio Capivari e entorno da represa da UHE GPS, diante dos riscos existentes devido à operação pela COPEL, em períodos de chuva intensa, tal qual as ocorrências registradas em 2016 e 2022.	Garantir a segurança das populações ribeirinhas e a operação segura da UHE GPS, envolvendo autoridades municipais, especialistas (ex. em hidrologia) e as comunidades afetadas.	Média	Médio prazo	Ocupação ribeirinha e APP do Rio Capivari; Zona de Autossalvamento (ZAS) e área de impacto direto da barragem da UHE GPS, conforme o Plano de Ação de Emergência (PAE) e o Plano de Contingência Municipal de barragens.	R\$ 150.000,00	Parceria com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Defesa Civil Municipal; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	100% das áreas afetáveis pela operação da UHE GPS avaliadas quanto ao risco de permanência da população.	- Percentual das ações de segurança e rotas de evacuação do Plano de Ação de Emergência (PAE) da UHE GPS (COPEL) incorporadas ao Plano de Contingência Municipal. - Percentual das famílias residentes nas áreas consultadas durante os estudos. - Percentual das áreas afetáveis pela operação da UHE GPS avaliadas quanto ao risco.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis⁵

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A5.3.5 Estabelecer novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à implantação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS), que abrigarão unidades habitacionais para a população a ser reassentada devido a situações de risco identificadas e comprovadas pelos estudos técnicos socioambientais.	Resguardar terras para o reassentamento das comunidades em áreas sujeitas a riscos, caso haja a necessidade identificada pelos estudos técnicos socioambientais.	Média	Médio prazo	A localizar, conforme a necessidade levantada pelos estudos técnicos socioambientais.	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Estabelecer novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) para reassentar 100% da população identificada em situações de risco por estudos técnicos socioambientais. Início ao reassentamento de pelo menos 50% da população identificada em situação de risco em até 01 (um) ano após a conclusão dos estudos.	• Percentual de áreas avaliadas e relatórios de viabilidade concluídos. • Percentual de reassentamento da população identificada em situação de risco.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis ⁵									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.4 Prosseguir com a Regularização Fundiária e Urbanística das áreas contempladas pelo Moradia Legal e por outros programas de Reurb	A5.4.1 Realizar estudo para verificar a situação urbanística das áreas urbanas que passaram pelo Programa Moradia Legal, tendo em vista a necessidade de efetuar obras de infraestruturas urbanas e melhorias da urbanização, ou seja, promover a regularização fundiária plena ⁶ , garantindo a reurbanização das favelas e assentamento precários.	Averiguar a situação urbanística, socioambiental e habitacional das áreas contempladas pelo programa estadual para subsidiar o planejamento e a implementação de obras nas localidades regularizadas.	Média	Médio prazo	Áreas urbanas (loteamentos): Jardim Araçatuba; Jardim da Campina; Jardim da Colina; Jardim Daher; Jardim Diamante; Jardim João Paulo II; Jardim Nesita; Jardim Santa Rita de Cássia; Jardim Santa Rosa.	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Financiamentos estatais.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	100% das áreas urbanas contempladas pelo Programa Moradia Legal caracterizadas e analisadas.	• Percentual de áreas em processo de levantamento e mapeamento. • Percentual de áreas urbanas em análise. • Percentual de áreas urbanas caracterizadas e analisadas.

⁶ A **regularização fundiária plena** integra a **regularização dominial-registral**, efetuada pelo Moradia Legal, que garantiu a segurança da posse ou o título de propriedade aos moradores; a **regularização urbanística**, através do planejamento urbano, com parâmetros específicos de uso e ocupação do solo, provisão de infraestruturas urbanas e acesso a equipamentos sociais; e a **regularização socioambiental**, ao defender a manutenção dos moradores em suas comunidades, integrados ao ambiente em que estão inseridos e considerando sua inclusão a bens culturais, materiais e simbólicos.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis⁵

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A5.4.2 Conduzir estudo para identificar e averiguar a situação social, fundiária e urbanística de assentamentos precários cuja condição não é de conhecimento do município.	Averiguar a situação social, urbanística, ambiental e habitacional das áreas cujas características são desconhecidas pela Prefeitura Municipal, com intuito de subsidiar o planejamento de ações específicas.	Alta	Médio prazo	Área urbana: assentamentos precários nos loteamentos Jardim da Campina, Jardim Ipanema e Jacob Ceccon. Áreas urbanas dispersas: Capivari, Jaguatirica, Ribeirão Grande II e Terra Boa (Paio de Baixo).	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Financiamentos estaduais.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	100% das áreas ocupadas do município levantadas e caracterizadas	• Percentual de áreas em processo de levantamento e mapeamento. • Percentual de áreas urbanas em análise. • Percentual de áreas urbanas caracterizadas e analisadas.
	A5.4.3 Incluir as famílias da ocupação irregular do Jardim Eugênia Maria (Rua Júlio Luisotto) ao Programa Moradia Legal (ou outro Programa de Regularização Fundiária para titulação de posse).	Aproveitar a realização do Programa Estadual do Tribunal de Justiça do Estado de Paraná (TJPR) no município para a regularização de mais uma área urbana que é apta à ocupação.	Alta	Curto prazo	Ocupação irregular no Jardim Eugênia Maria (Rua Júlio Luisotto).	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Recursos do Programa do TJPR	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município (ou outro órgão municipal responsável pelo acompanhamento do Programa Moradia Legal na Prefeitura)	100% das famílias residentes no Jardim Eugênia Maria (Rua Júlio Luisotto) com titulação de posse.	• Inclusão da área ao Programa Moradia Legal. • Percentual das famílias do Jardim Eugênia Maria (Rua Júlio Luisotto) com titulação de posse.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

HABITAÇÃO

DIRETRIZ D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis⁵

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.5 Estabelecer um Programa de Melhorias Urbanísticas das áreas regularizadas documentalmente (Reurb Plena)	A5.5.1 Realizar obras para implantar (ou ampliar) as redes de infraestruturas urbanas deficientes, fornecer o acesso a serviços públicos essenciais e implementar melhorias urbanísticas nos espaços públicos das áreas desprovidas de risco socioambiental.	Garantir a participação ativa das populações beneficiadas, incentivando-as a identificar necessidades das áreas em que residem e a colaborar na criação de soluções, propostas e intervenções urbanas.	Média	Longo prazo	Ocupações em que não tenha sido constatada a existência de riscos e/ou que os riscos sejam passíveis de mitigação, conforme a Estratégia E5.3 .	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído	Elaboração do Programa de Melhorias Urbanísticas por meio de um processo técnico e participativo.	- Número de oficinas e de consultas públicas realizadas na elaboração do Programa. - Número de participantes nos eventos públicos para uma elaboração participativa do Programa.
	A5.5.2 Envolver as populações a serem beneficiadas e engajá-las para participar da identificação de demandas e deficiências das áreas, bem como na formulação de soluções, propostas e intervenções urbanas, por meio de espaços de discussão, oficinas e capacitações para a participação e a mobilização social.	Dar continuidade ao processo de regularização das áreas aptas à ocupação, por meio do planejamento e provisão de infraestruturas urbanas e serviços públicos.	Média	Longo prazo	Ocupações em que não tenha sido constatada a existência de riscos e/ou que os riscos sejam passíveis de mitigação, conforme a Estratégia E5.3	A depender do conjunto de infraestruturas necessárias determinado pelo Programa	Recursos municipais; Financiamentos estaduais e federais - Caixa Federal, Pró-Moradia.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Implementação do Programa de Melhorias Urbanísticas das áreas regularizadas dominicalmente.	Percentual de áreas com realização das obras do Programa de Melhorias Urbanísticas.

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
HABITAÇÃO										
DIRETRIZ	D5 Aprimorar a Política Municipal de Habitação e de Regularização Fundiária, com enfoque aos segmentos populacionais mais vulneráveis ⁵									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E5.6 Incorporar ao Programa de ATHis existente, orientações técnicas para melhorias habitacionais	A5.6.1 Incorporar ao Programa de ATHis existente no município, o fornecimento de orientações técnicas para melhorias habitacionais e capacitações para mutirões habitacionais nas comunidades mais vulneráveis, qualificando a mão de obra local e fortalecendo vínculos sociais.	Incorporar a assessoria técnica e gratuita e a autogestão habitacional como partes do conjunto de políticas públicas habitacionais de Campina Grande do Sul.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Convênio, contrato de repasse e/ou termo de parceria com instituições e entidades.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura ou órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Alterações na ATHis regulamentadas no município e 100% de domicílios (e/ou famílias) interessadas (cadastradas) atendidas pelo Programa de ATHis.	• Percentual de domicílios (e/ou famílias) interessadas e cadastradas atendidas pelo Programa de ATHis do município. • Valor (R\$) gerido pelo FMHis (ao ano) e destinado à ATHis e/ou à autogestão habitacional.

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.1.4. Aspectos de patrimônio histórico, cultural e paisagístico

Quadro 6 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 6)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO										
DIRETRIZ	D6 Identificar bens de natureza material e imaterial no município									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E6.1 Realizar inventário dos bens de natureza material e imaterial	A6.1.1 Fazer parcerias com a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e universidades para a compreensão das metodologias e estratégias relativas à realização de um inventário de bens de natureza material e imaterial.	Estabelecer parcerias para compreender os conceitos, teoria e metodologias aplicadas na realização de inventário de bens culturais	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná (IPHAN-PR), Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Realizar ao menos o convênio com a SEEC e/ou IPHAN parcerias e/ou convênios com uma universidade em até 2 anos	Número de parcerias e/ou convênios firmados
	A6.1.2 Arrecadar recursos financeiros para a contratação do inventário.	Arrecadar junto ao Governo Estadual ou Governo Federal recursos para a realização do Inventário do Patrimônio Cultural de Campina Grande do Sul	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Arrecadar recursos para contratação do Inventário em 2 anos	Número de recursos arrecadados

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO										
DIRETRIZ	D6 Identificar bens de natureza material e imaterial no município									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A6.1.3 Contratar o inventário de bens de natureza material e imaterial a partir de licitação.	Realizar o Inventário do Patrimônio Cultural de Campina Grande do Sul	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 300.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Contratar empresa para a realização do inventário a partir de licitação em até 2 anos. Realizar o Inventário do Patrimônio Cultural de Campina Grande do Sul em até 3 anos	- Contratação de empresa por meio de licitação - Realização do inventário e publicação no site do município
	A6.1.4 Realizar audiências públicas e atividades participativas com a comunidade para identificação dos bens.	Identificar os bens de natureza material e imaterial considerados pela população	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Custo previsto no item A6.1.3	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Sociedade civil organizada do município, professores e alunos das escolas municipais e estaduais e população em geral	Garantir a participação popular no Inventário do Patrimônio Cultural de Campina Grande do Sul em 3 anos	Entrega dos relatórios das reuniões e audiências públicas

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 7 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 7)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

DIRETRIZ D7 Desenvolver dispositivos de proteção aos bens de natureza material e imaterial no município

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E7.1 Criar lei municipal que institua o tombamento de bens de natureza material e o registro de bens de natureza imaterial inventariados no município	A7.1.1 Estruturar redação da lei.	Salvaguardar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Procuradoria Geral do Município e Câmara Municipal de Campina Grande do Sul	Elaborar leis de Salvaguarda do Patrimônio Cultural que estabeleça os parâmetros para tombamento e registro em 1 ano	Encaminhamento da minuta da Lei de Salvaguarda do Patrimônio Cultural para a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul
	A7.1.2 Encaminhar para aprovação na Câmara Municipal.	Salvaguardar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Procuradoria Geral do Município e Câmara Municipal de Campina Grande do Sul	Promulgar Lei de Salvaguarda do Patrimônio Cultural em até 1 ano	Promulgação da lei de Salvaguarda do Patrimônio Cultural

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS										
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO										
DIRETRIZ	D7 Desenvolver dispositivos de proteção aos bens de natureza material e imaterial no município									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A7.1.3 Criar livro de tombo de bens materiais e livro de registro de bens imateriais.	Tombar e registrar os bens materiais e imateriais para salvaguardar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Tombar e registrar bens de natureza material e imaterial em 4 anos	Inscrição nos livros tombo e de registro de bens culturais de natureza material e imaterial
E7.2 Criar órgão municipal voltado à proteção dos bens de natureza material e imaterial no município	A7.2.1 Criar Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, com as atribuições de fiscalizar, examinar, apreciar e deliberar sobre questões relacionadas ao tombamento e ao registro do patrimônio cultural no município.	Salvaguardar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Sociedade civil organizada do município	Criar Conselho Municipal do Patrimônio Cultural em até 1 ano	Instituição do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 8 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de patrimônio (Diretriz 8)

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

DIRETRIZ D8 Promover valorização patrimonial

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E8.1 Realizar ações de educação patrimonial	A8.1.1 Capacitar professores e interessados em participar das ações de educação patrimonial.	Capacitar agentes que irão promover ações de educação patrimonial	Média	Curto prazo	Equipamentos de educação	R\$ 30.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Capacitar agentes promotores da educação patrimonial em até 2 anos que atuem nas escolas de ensino médio e fundamental do município	Capacitação de agentes promotores da educação patrimonial

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

DIRETRIZ D8 Promover valorização patrimonial

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A8.1.2 Realizar eventos de educação patrimonial nas escolas municipais e estaduais.	Realizar a divulgação e conscientização do Patrimônio Cultural do Município	Média	Curto prazo	Equipamentos de educação	R\$ 20.8000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Realização de 10 eventos na área urbana e rural do município em 2 anos	Número de eventos realizados por ano
	A8.1.3 Realizar eventos de educação patrimonial em centro comunitários nas áreas urbanas e rurais do município.	Realizar a divulgação e conscientização do Patrimônio Cultural do Município	Média	Curto prazo	Centros comunitários	R\$ 8.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Realização de 4 eventos na área urbana e rural do município em 2 anos	Número de eventos realizados por ano

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO

DIRETRIZ D8 Promover valorização patrimonial

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A8.1.4 Realizar eventos e passeios guiados aos bens em entidades de classe vinculadas à construção civil, à arquitetura e ao urbanismo como meio de conscientização sobre o Patrimônio Cultural do Município.	Realizar a divulgação e conscientização do Patrimônio Cultural do Município	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 8.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Realização de 4 eventos na área urbana e rural do município em 2 anos	Número de eventos realizados por ano
	A8.1.5 Divulgar os resultados das ações desenvolvidas em ambiente digital de fácil acesso à população, como o site da Prefeitura Municipal.	Realizar a divulgação e conscientização do Patrimônio Cultural do Município	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 7.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Realizar ao menos 20 publicações em sites e demais plataformas virtuais ações de educação patrimonial em 2 anos	Número de publicações em sites e plataformas e pessoas atingidas

ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS												
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E PAISAGÍSTICO												
DIRETRIZ	D8 Promover valorização patrimonial											
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
	A8.1.6	Garantir a continuidade das atividades de educação patrimonial.	Salvaguardar o Patrimônio Cultural do Município	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Monitorar/acompanhar as ações de educação patrimonial e elaborar material de divulgação que demonstre a importância das ações e incentivem a sua continuidade. Publicação de 1 relatório a cada 6 meses durante 2 anos	- Número de materiais de divulgação elaborados - Publicação dos relatórios a materiais de divulgação em sites do município	
E8.2	Promover ações de divulgação do patrimônio existente no município	A8.2.1	Realizar campanhas para a divulgação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico existente no município, tendo em vista a conscientização da população e a atração ao turismo sustentável.	Realizar a divulgação e conscientização do Patrimônio Cultural do Município e Fomento do Turismo	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 40.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Sociedade civil organizada do município	Publicação em sites, mídias sociais, divulgação em veículos de imprensa de campanhas que relacionem o patrimônio cultural e natural do município. Durante 2 anos: 1 publicação mensal no site da prefeitura. Realização de 1 campanha publicitária a cada 6 meses em veículos de imprensa.	Número de publicações realizadas.

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.2. Aspectos ambientais

Quadro 9 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos ambientais (Diretriz 9)

ASPECTOS AMBIENTAIS										
RECURSOS HÍDRICOS										
DIRETRIZ	D9 Preservar e monitorar os recursos hídricos									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E9.1 Estabelecer parceria com o órgão ambiental (Instituto Água e Terra – IAT) para monitoramento dos recursos hídricos	A9.1.1 Identificar e mapear os recursos hídricos sob pressão antrópica.	Localizar os recursos hídricos sob pressão antrópica	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Mapear 70% dos recursos hídricos nas áreas urbanas e rurais do município	Extensão (km) de corpo hídrico mapeado
	A9.1.2 Formular termo de cooperação.	Firmar termo de cooperação entre os órgãos para monitoramento dos recursos hídricos	Baixa	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Estabelecer cooperação entre os órgãos	Termo de cooperação formulado e assinado
E9.2 Estabelecer monitoramento periódico dos recursos hídricos	A9.2.1 Executar amostragens de qualidade da água nos pontos mapeados.	Executar o monitoramento dos recursos hídricos sob pressão antrópica	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Infraestrutura de Infraestrutura e Logística	Executar e monitorar amostragens da qualidade de água de ao menos 20% dos recursos hídricos do município mensalmente	Percentual de amostragens da qualidade da água realizadas por mês

ASPECTOS AMBIENTAIS

RECURSOS HÍDRICOS

DIRETRIZ D9 Preservar e monitorar os recursos hídricos

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E9.3	Realizar campanhas de divulgação dos resultados	A9.3.1	Divulgar os resultados das amostragens no site da Prefeitura, tendo em vista a conscientização da população.	Conscientizar a população sobre a preservação dos recursos hídricos através da divulgação dos resultados das amostragens	Baixa	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar ao menos 12 campanhas de conscientização e divulgação dos resultados ao ano	Número de campanhas de conscientização e divulgação realizadas
E9.4	Executar a recuperação de corpos hídricos impactados por influência antrópica	A9.4.1	Realizar mapeamento das áreas impactadas pela degradação dos recursos hídricos no município.	Localizar as áreas impactadas pela degradação dos recursos hídricos.	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Mapear 100% das áreas impactadas pela degradação dos recursos hídricos.	Área degradada (km²) / Área do Município (km²)
		A9.4.2	Realizar a recuperação dos rios por meio da limpeza e coleta de resíduos nas áreas identificadas.	Recuperar áreas degradadas por resíduos.	Média	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Recuperar ao menos 80% as áreas degradadas através de remoção dos resíduos sólidos.	Área recuperada (km²) / Área degradada (km²)
		A9.4.3	Executar a recuperação da mata ciliar de corpos d'água e nascentes.	Recuperação das áreas de APP e preservação dos recursos hídricos	Média	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Recuperar ao menos 60% das APPs	Número de mudas de árvores plantadas

ASPECTOS AMBIENTAIS										
RECURSOS HÍDRICOS										
DIRETRIZ	D9 Preservar e monitorar os recursos hídricos									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E9.5 Promover conscientização sobre a preservação e a utilização consciente dos recursos hídricos do município	A9.5.1 Realizar ações educativas em instituições de educação sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e corpos d'água.	Promover ações de educação ambiental	Média	Execução contínua	Equipamentos de educação	Despesa corrente	Instituto Água e Terra	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; e Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar ao menos uma ação de educação ambiental em ao menos 80% dos equipamentos de educação do município por ano	- Número de ações educativas realizadas ao ano - Percentual de equipamentos de educação atendidos
	A9.5.2 Promover o envolvimento da comunidade local em ações de preservação e recuperação dos corpos hídricos.	Envolver a comunidade em ações de educação ambiental	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Participação da comunidade nas ações de educação ambiental, totalizando ao menos 20% de participação da população ao ano.	Número de participantes / População Total
	A9.5.3 Estabelecer ações de divulgação, por meio das mídias digitais, sobre a preservação dos recursos hídricos no município.	Divulgação das ações de educação ambiental	Média	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar ao menos 6 campanhas para participação da população nas ações de educação ambiental ao ano	Número de propagandas e campanhas realizadas ao ano

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 10 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos ambientais (Diretriz 10)

ASPECTOS AMBIENTAIS										
ÁREAS VERDES										
DIRETRIZ	D10 Preservar e monitorar as áreas verdes									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E10.1 Promover preservação das Unidades de Conservação (UC)	A10.1.1 Formular termo de cooperação para estabelecer parceria com os órgãos gestores das Unidades de Conservação.	Firmar termo de cooperação entre os órgãos	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Estabelecer cooperação entre os órgãos	Termo de cooperação formulado e assinado
	A10.1.2 Executar serviços de fiscalização, monitoramento e fomento ao turismo sustentável em conjunto, com o objetivo de conservação e manutenção das UCs.	Estabelecer e manter a conservação e manutenção das UCs	Média	Execução contínua	Unidades de Conservação (UCs)	Despesa Corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Designar equipe para fiscalizar e monitorar a atividade turística em Unidades de Conservação	Equipe de fiscalização e monitoramento da atividade turística em UCs definida e em operação
E10.2 Promover preservação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs)	A10.2.1 Formular termo de cooperação para estabelecer parceria com os órgãos gestores das APAs	Firmar termo de cooperação entre os órgãos	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Estabelecer cooperação entre os órgãos gestores das APAs	Termo de cooperação formulado e assinado

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ **D10** Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E10.3 Promover a preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP)	A10.3.1 Fiscalizar e monitorar a conservação das APPs.	Monitorar a conservação das APPs	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa Corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Instituto Água e Terra	Conservação das áreas de APP	Área de APP Preservada / Área de APP do Município
	A10.3.2 Desenvolver projeto para espaços livres públicos do entorno das APPs, considerando a possibilidade de redução das áreas de APP quando adequado e conforme legislação vigente.	Ocupar as áreas de APP com espaços públicos impedindo a ocupação irregular	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa Corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra	Transformar as adjacências das APPs em espaços públicos tendo em vista a preservação	Área de APP em espaço público / Área de APP do Município
E10.4 Gerenciar as áreas verdes no Município	A10.4.1 Atingir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Arborização Urbana.	Atender a Legislação Federal	Média	Longo prazo	Perímetro urbano	Despesa Corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Executar 90% das metas do Plano Municipal de Arborização Urbana	Número de metas atingidas / Número de metas propostas

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ D10 Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.4.2 Atualizar periodicamente o Plano Municipal de Arborização Urbana.	Continuar o Planejamento de Arborização Urbana	Baixa	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$ 50.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Atualizar o Planejamento Municipal de Arborização com a periodicidade máxima de até 10 anos para atender a legislação federal	Plano Municipal de Arborização Urbana atualizado
	A10.4.3 Realizar o mapeamento das áreas urbanas com potencial para plantio de árvores.	Identificar áreas com potencial para o plantio de árvores	Alto	Curto prazo	Perímetro urbano	Despesa Corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Mapear ao menos 50% das áreas com potencial para o plantio de árvores	Área com potencial para plantio de árvores / Área total do Município
	A10.4.4 Adquirir mudas de espécies arbóreas para plantio nas áreas identificadas.	Fornecer mudas de árvores para plantio	Média	Longo prazo	Perímetro urbano	Despesa Corrente	Viveiro do IAT	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Arborizar as áreas com potencial	Número mudas plantadas

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ D10 Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.4.5 Regularizar legislação para permitir que praças, parques, bosques, jardins ou APPs de cursos d'água sejam adotados por pessoas físicas ou jurídicas.	Atribuir legislação para fomentar a parceria público-privado para preservação de áreas verdes	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Atribuir legislação para estabelecer parceria público-privado no gerenciamento de espaços públicos; Estabelecer ao menos 10 parceria(s) público-privado	- Legislação atribuída e promulgada - Número de espaços adotados
E10.5 Viabilizar a criação de novos parques e espaços públicos de lazer	A10.5.1 Realizar mapeamento das áreas disponíveis dentro do perímetro urbano.	Identificar áreas disponíveis no perímetro urbano	Média	Curto prazo	Perímetro urbano	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Mapear a quantidade de áreas disponíveis no perímetro urbano	Número de espaços disponíveis identificados
	A10.5.2 Desenvolver projetos para criação de parques e espaços públicos de lazer nas áreas identificadas.	Promover a criação de espaços públicos de lazer	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Desenvolver ao menos 05 projetos de parques e/ou espaços públicos de lazer	Número de projetos desenvolvidos
	A10.5.3 Angariar recursos para a execução dos projetos desenvolvidos.	Buscar financiamento de recursos para viabilização dos projetos	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Conseguir recursos de ao menos 3 milhões em fundo(s) para viabilização dos projetos	Quantidade de recursos angariados

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ D10 Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.5.4 Realizar o processo de licitação para execução dos projetos.	Licitar a execução dos projetos desenvolvidos	Baixa	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Definir executores dos projetos através do processo licitatório	Processo de licitação realizado e finalizado
	A10.5.5 Implantar os projetos de parques e espaços públicos de lazer.	Proporcionar a população áreas públicas de lazer	Baixa	Longo prazo	Perímetro urbano	R\$ 800.000,00	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Fornecer a população locais para lazer e turismo	Número de áreas públicas / número de habitantes
	A10.5.6 Executar projeto de revitalização do Parque Municipal Ari Coutinho, incluindo estruturação de acesso à represa do Capivari.	Revitalizar a estrutura do Parque Municipal Ari Coutinho	Média	Médio prazo	Parque Municipal Ari Coutinho	R\$ 500.000,00	Instituto Água e Terra; Recursos Municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Executar projeto de recuperação do local de lazer e turismo para população em até 5 anos	Execução do projeto realizada

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ **D10** Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.5.7 Elaborar estudos para a implantação de infraestrutura para a ampliação do Parque Timbu.	Elaborar estudo técnico para promover a ampliação do Parque Timbu	Média	Médio prazo	Entorno do Rio Timbú	Despesa corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Elaborar ao menos 01 estudo(s) técnico para verificar a viabilidade da ampliação do Parque Timbu	Estudo técnico realizado
E10.6 Monitorar a atividade turística em áreas com necessidade de atenção à proteção ambiental	A10.6.1 Realizar levantamento da visitação turística nessas áreas, incluindo contagem de visitantes, análise do perfil dos turistas e avaliação dos tipos de atividades realizadas.	Diagnosticar o número e perfil dos visitantes aos pontos turísticos	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo	Identificar o número de turistas e os motivos da visitação.	Número de turistas identificados
	A10.6.2 Identificar os padrões de uso e possíveis impactos ambientais.	Identificar atividades permitidas e os impactos ambientais	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo	Mapear a localização de 100% das áreas do município com atividades turísticas; Realizar 02 relatórios(s) dos impactos ambientais envolvidos no exercício de atividades turísticas ao ano	• Percentual de localidades com atividades turísticas mapeadas • Número de relatórios realizados

ASPECTOS AMBIENTAIS

ÁREAS VERDES

DIRETRIZ **D10** Preservar e monitorar as áreas verdes

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.6.3 Implementar campanhas de educação ambiental sobre a importância da conservação dos ecossistemas locais e práticas sustentáveis de turismo.	Promover ações de educação ambiental direcionadas ao turismo sustentável	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar ao menos 12 campanhas de educação ambiental direcionadas ao turismo sustentável ao ano	Número de campanhas realizadas ao ano
E10.7 Promover conscientização sobre a preservação e a utilização consciente dos recursos ambientais do município	A10.7.1 Elaborar e implementar programas e projetos de educação ambiental em instituições de educação e assistência social.	Conscientizar a população	Média	Curto prazo	Equipamentos de educação	Despesa corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Educação	Realizar ao menos 1 programas/projetos de educação ambiental em ao menos 50% dos equipamentos de educação do município por ano	Número de programas, projetos e ações executados
	A10.7.2 Estabelecer parcerias com organizações não governamentais (ONGs), empresas e voluntários locais para ampliar o alcance de campanhas, programas e projetos de educação ambiental.	Firmar termo de cooperação entre as organizações	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Procuradoria Geral do Município Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Estabelecer cooperação entre as organizações	Termo de cooperação formulado e assinado

ASPECTOS AMBIENTAIS										
ÁREAS VERDES										
DIRETRIZ	D10 Preservar e monitorar as áreas verdes									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A10.7.3 Realizar campanhas educativas junto às comunidades para estimular práticas sustentáveis e a preservação do meio ambiente.	Promover ações de educação ambiental	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Executar ao menos 12 campanhas de educação ambiental com objetivo de estimular práticas sustentáveis ao ano	Número de campanhas realizadas
	A10.7.4 Realizar programas de conscientização ambiental sobre a importância das APAs e APPs, direcionados a escolas, centros comunitários e demais instituições.	Conscientizar a população	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Instituto Água e Terra; Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Instituto Água e Terra; Secretaria Municipal de Educação	Executar ao menos 12 programas de conscientização ambiental ao ano	Número de programas executados

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.3. Aspectos de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos

2.3.1. Aspectos de equipamentos e serviços públicos

Quadro 11 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de equipamentos públicos (Diretriz 11)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS										
DIRETRIZ	D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E11.1 Aprimorar a cobertura e a eficiência dos serviços urbanos e comunitários por meio de tecnologias de mapeamento e colaborações estratégicas	A11.1.1 Viabilizar o estabelecimento de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestruturas combinadas que atendam às necessidades de serviços públicos e comunitários.	Fomentar a colaboração entre o setor público e privado para desenvolver infraestruturas que melhorem a cobertura e a eficiência dos serviços urbanos e comunitários, utilizando tecnologias de mapeamento e gestão.	Alta	Médio prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança	Estabelecer pelo menos 5 parcerias público-privadas que resultem em melhorias nas infraestruturas de serviços urbanos e comunitários, até 2030.	- Número de parcerias público-privadas estabelecidas - Investimento total captado através das parcerias - Qualidade e cobertura dos serviços públicos e comunitários melhorados - Satisfação da população com os serviços urbanos e comunitários (pesquisas de satisfação) - Redução nos custos operacionais dos serviços públicos

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.1.2 Desenvolver um mapeamento georreferenciado de todos os equipamentos urbanos para que áreas de subcobertura e sobreposição sejam monitoradas de forma periódica	Implementar um sistema de mapeamento georreferenciado para identificar e monitorar periodicamente a distribuição e a cobertura dos equipamentos urbanos, visando otimizar a alocação de recursos e melhorar a eficiência dos serviços urbanos	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança.	Mapear de forma georreferenciada 100% dos equipamentos urbanos do município e estabelecer um sistema de monitoramento contínuo que permita a identificação e a correção de áreas de subcobertura e sobreposição	• Percentual de equipamentos urbanos georreferenciados • Número de áreas de subcobertura e sobreposição identificadas e corrigidas • Melhoria na eficiência da alocação de recursos urbanos • Satisfação da população com os serviços urbanos (pesquisas de satisfação) • Redução no número de reclamações registradas sobre a falta de serviços urbanos

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E11.2 Expandir e diversificar os equipamentos de educação, cultura, esporte e lazer, assegurando acesso igualitário e qualidade	A11.2.1 Criar novas unidades educacionais em áreas carentes, especialmente para educação infantil	Garantir o acesso igualitário à educação de qualidade para todas as crianças do município, especialmente nas áreas carentes, ampliando a oferta de vagas na educação infantil.	Alta	Curto prazo	Áreas com déficit de equipamentos educacionais	R\$ 4.000.000,00 + Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação; Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Construir e equipar, no mínimo, 1 nova unidade educacional de educação infantil em áreas carentes, atingindo 100% da população de crianças de 0 a 5 anos	- Número de unidades educacionais construídas e em funcionamento - Aumento no número de vagas disponíveis na educação infantil - Taxa de ocupação das novas vagas - Satisfação dos pais e responsáveis (pesquisas de satisfação) - Indicadores de desenvolvimento infantil das crianças atendidas
	A11.2.2 Reformar e revitalizar equipamentos de esporte e lazer, respeitando regras de acessibilidade	Melhorar a infraestrutura dos equipamentos de esporte e lazer existentes, garantindo que sejam acessíveis a todos os cidadãos.	Média	Médio prazo	Equipamentos de esporte e lazer	R\$ 7.000.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento	Reformar e revitalizar 30% dos equipamentos de esporte e lazer em até 5 anos, garantindo que todos atendam às normas de acessibilidade e promovendo um aumento na frequência de uso pelos cidadãos	- Número de equipamentos de esporte e lazer reformados e revitalizados; - Conformidade com as normas de acessibilidade; - Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação); - Impacto na saúde e bem-estar dos cidadãos (indicadores de saúde pública)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.2.3 Criar centro especializado para atender pessoas com deficiências (PcD) e pessoas com necessidades especiais (PNE) de modo multissetorial (com serviços de educação, saúde, ação social, empregabilidade, formação etc.)	Fornecer suporte abrangente e integrado para pessoas com deficiências (PcD) e pessoas com necessidades especiais (PNE), promovendo inclusão social e melhor qualidade de vida através de serviços multissetoriais	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	R\$ 2.500.000,00 + despesa corrente	Recursos municipais; Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente (FAD); Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde; Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPCD) Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	Criar e operar um centro especializado que atenda pessoas com deficiências e necessidades especiais, oferecendo serviços integrados de educação, saúde, ação social e empregabilidade	- Número de pessoas atendidas pelo centro especializado; - Variedade e qualidade dos serviços oferecidos; - Taxa de satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação); - Taxa de empregabilidade entre atendidos; - Melhoria nos indicadores de saúde e bem-estar dos usuários; - Inclusão educacional e social das PcDs e PNEs atendidas

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.2.4 Fortalecer os equipamentos culturais existentes e promover eventos culturais que valorizem a diversidade local	Revitalizar e fortalecer os equipamentos culturais existentes e promover eventos culturais que celebrem e valorizem a diversidade local, incentivando a participação comunitária e o desenvolvimento cultural	Média	Médio prazo	Equipamentos culturais	Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Revitalizar principais equipamentos culturais — pelo menos, 1 a cada 2 anos — e organizar, pelo menos, 1 evento cultural anual que promova a diversidade local	- Número de equipamentos culturais revitalizados; - N.º de eventos culturais realizados; - Participação comunitária nos eventos culturais; - Satisfação dos participantes (pesquisas de satisfação); - Diversidade de atividades culturais oferecidas; - Impacto na economia local (aumento do turismo cultural e receita gerada pelos eventos)
	A11.2.5 Criar e divulgar calendário de eventos culturais para acesso da população	Estabelecer um calendário anual de eventos culturais que seja acessível a toda a população, promovendo a participação comunitária e a valorização da cultura local	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	Criar e divulgar um calendário anual de eventos culturais, garantindo a realização de, pelo menos, 3 eventos culturais diversos por ano	- Número de eventos culturais organizados e realizados; - Variedade e diversidade dos eventos culturais; - Participação da população; - Satisfação dos participantes (pesquisas de satisfação); - Alcance da divulgação do calendário; - Impacto na valorização da cultura local (aumento do interesse e participação)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS										
DIRETRIZ	D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E11.3 Ampliar e requalificar os espaços verdes urbanos	A11.3.1 Projetar e construir novos espaços verdes em áreas identificadas como carentes, com atenção especial às regiões periféricas e de alta densidade populacional, incorporando o Parque Timbu nessa expansão, a fim de promover sua integração com atividades ambientais e sociais do município e do vizinho Quatro Barras, reforçando o papel do parque como um espaço compartilhado de lazer e educação ambiental.	Criar novos espaços verdes em áreas carentes, promovendo a integração do Parque Timbu com atividades ambientais e sociais, e reforçando seu papel como espaço compartilhado de lazer e educação ambiental para os moradores de Campina Grande do Sul	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Criar e revitalizar pelo menos 2 novos espaços verdes com atividades ambientais e sociais, aumentando a área verde acessível à população em 30%.	• Número de novos espaços verdes projetados e construídos; • Área total de espaços verdes aumentada; • Frequência de uso dos novos espaços verdes; • Satisfação dos moradores (pesquisas de satisfação); • Número de atividades realizadas; • Aumento na participação comunitária em atividades ambientais e educativas

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS										
DIRETRIZ	D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.3.2 Implementar projetos de revitalização em parques, bosques e praças já existentes, melhorando infraestruturas como iluminação, mobiliário urbano, trilhas, áreas de jogos e espaços de convivência.	Revitalizar parques, bosques e praças existentes, melhorando suas infraestruturas para torná-los mais seguros, acessíveis e atrativos para a população, promovendo o uso contínuo e a convivência comunitária.	Média	Longo prazo	Áreas verdes municipais	R\$ 1.900.000,00 + Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Revitalizar pelo menos 5 parques, bosques e praças, melhorando suas infraestruturas e aumentando a frequência de uso pela população.	• Número de espaços revitalizados • Melhorias específicas implementadas (iluminação, mobiliário urbano, trilhas, áreas de jogos, espaços de convivência); • Frequência de uso dos espaços revitalizados • Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação); • Redução de incidentes de segurança nos espaços revitalizados; • Aumento na participação comunitária

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E11.4 Aprimorar os serviços de saúde e assistência social, focando na prevenção e na atenção primária, bem como na integração de grupos sociais específicos	A11.4.1 Ampliar a cobertura dos serviços de saúde de atenção básica, com ênfase nas áreas rurais e periféricas.	Expandir a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde de atenção básica, especialmente em áreas rurais e periféricas, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados preventivos e primários.	Alta	Curto prazo	Áreas rurais e periféricas	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria de Saúde Demais órgãos envolvidos: Secretaria de Ação Social, Família e Cultura	Ampliar a cobertura dos serviços de saúde de atenção básica, implantando pelo menos 1 nova unidade de saúde para atender 100% das áreas rurais e periféricas, garantindo que pelo menos 80% da população nessas áreas tenha acesso a cuidados preventivos e primários.	- Número de novas unidades de saúde implantadas; - Percentual da população das áreas rurais e periféricas atendida; - Frequência de atendimentos de atenção básica realizados; - Redução nas taxas de doenças preveníveis; - Satisfação dos usuários (pesquisas de satisfação); - Aumento na realização de campanhas de saúde preventiva
	A11.4.2 Aprimorar a qualidade e efetividade da atuação das instalações já existentes na Sede municipal, por meio da contratação de pessoal e realização de treinamentos.	Melhorar a qualidade e a efetividade dos serviços de saúde e assistência social nas instalações existentes na Sede municipal através da contratação de profissionais qualificados e da realização de treinamentos contínuos.	Alta	Curto prazo	Sede	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Realizar a contratação e treinamento de, pelo menos, 15 novos profissionais de saúde e assistência social, melhorando a qualidade do atendimento e aumentando a capacidade de serviço das instalações existentes	- Número de novos profissionais contratados e treinados; - Melhoria nos indicadores de qualidade do atendimento; - Frequência e eficácia dos treinamentos; - Aumento na capacidade de atendimento; - Satisfação dos usuários (pesquisa de satisfação) - Redução de reclamações e problemas de atendimento

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS

DIRETRIZ D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.4.3 Aprimorar a qualidade e efetividade da atuação das instalações já existentes na Sede municipal, por meio da melhoria física dos espaços.	Melhorar a infraestrutura física das instalações de saúde e assistência social na sede municipal para garantir um ambiente adequado, seguro e eficiente para o atendimento da população.	Alta	Curto prazo	Sede	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Realizar melhorias físicas em todas as instalações de saúde e assistência social da Sede municipal, garantindo que 100% das unidades estejam reformadas e operacionais com infraestrutura adequada	- Número de instalações reformadas e modernizadas; - Avaliação da qualidade das melhorias físicas realizadas; - Satisfação dos usuários e profissionais com a infraestrutura (pesquisas de satisfação);

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS										
DIRETRIZ	D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.4.4 Utilizar o Centro de Convivência do Idoso como um polo de atividades educativas, de saúde e de bem-estar, destinado a promover a qualidade de vida dos idosos por meio de programas que integram cuidados de saúde primária e atividades de socialização.	Promover a qualidade de vida dos idosos de Campina Grande do Sul através da oferta de atividades educativas, de saúde e de bem-estar no Centro de Convivência do Idoso, integrando cuidados de saúde primária e atividades de socialização.	Alta	Curto prazo	Centro de Convivência do Idoso	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde;	Transformar o Centro de Convivência do Idoso em um polo de atividades que atenda 250 ⁷ idosos por ano, promovendo uma melhoria de 30% nos indicadores de saúde e bem-estar dos participantes.	• Número de idosos atendidos; • Variedade e frequência das atividades oferecidas; • Indicadores de saúde dos participantes (exames preventivos, consultas); • Satisfação dos idosos e seus familiares (pesquisas de satisfação); • Redução no isolamento social entre os idosos atendidos

⁷ A meta de atender 250 pessoas no novo Centro de Convivência do Idoso (CCI) é justificada pela capacidade do salão de eventos e pela infraestrutura ampla, que suportam as atividades planejadas para os idosos (Campina Grande do Sul, 2023).

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
DISTRIBUIÇÃO E EFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS URBANOS										
DIRETRIZ	D11 Fortalecer e otimizar, de forma abrangente, os equipamentos urbanos de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A11.4.5 Garantir a segurança e a efetivação dos direitos da criança e do adolescente com o desenvolvimento de um Centro Educativo e de Apoio à Criança e ao Adolescente, destinado a promover a redução da vulnerabilidade e assistência social a esse público específico.	Desenvolver um Centro Educativo e de Apoio à Criança e ao Adolescente para reduzir a vulnerabilidade social e garantir a segurança e os direitos desse público, promovendo assistência social, educação e atividades de desenvolvimento.	Alta	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$ 2.500.000,00 + despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Conselho Tutelar; Secretaria Municipal de Educação	Criar e operar um Centro Educativo e de Apoio à Criança e ao Adolescente, promovendo uma redução de 25% na vulnerabilidade social e melhoria nos indicadores de educação e bem-estar.	• Número de crianças e adolescentes atendidos; • Frequência e diversidade das atividades educativas e de apoio; • Melhoria nos indicadores de educação (frequência escolar, desempenho); • Satisfação das crianças, adolescentes e suas famílias (pesquisas de satisfação); • Redução nos indicadores de vulnerabilidade social (trabalho infantil, violência, abandono escolar); • Aumento na participação em programas de assistência social e atividades educativas

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 12 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de serviços e infraestruturas (Diretriz 12)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
GESTÃO E EFICIÊNCIA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS										
DIRETRIZ	D12 Garantir a gestão e eficiência dos serviços e infraestruturas de saneamento básico e segurança									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E12.1 Fortalecer a participação comunitária e a governança inclusiva no planejamento urbano e gestão dos serviços, garantindo que as infraestruturas atendam às necessidades da população	A12.1.1 Estabelecer um canal direto e acessível para a população participar ativamente nas decisões de planejamento urbano e na gestão dos serviços públicos.	Criar mecanismos para garantir a participação ativa da população nas decisões de planejamento urbano e na gestão dos serviços públicos, promovendo a transparência e a governança inclusiva.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Estabelecer um canal de comunicação direto e acessível (como um portal online e pontos de atendimento presencial) para que 100% da população tenha a oportunidade de participar das decisões de planejamento urbano e gestão de serviços públicos.	- Número de cidadãos utilizando o canal de participação; - Frequência e qualidade das contribuições recebidas; - Satisfação da população com o canal de comunicação (pesquisas de satisfação)
	A12.1.2 Realizar oficinas que promovam a cocriação de soluções para os desafios urbanos, a fim de engajar diretamente a comunidade no processo de planejamento urbano, assegurando que todos os setores da sociedade sejam ouvidos.	Engajar diretamente a comunidade no processo de planejamento urbano através de oficinas de cocriação, garantindo que todos os setores da sociedade sejam ouvidos e contribuam com soluções para os desafios urbanos.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Realizar pelo menos 1 oficina anual de cocriação de soluções urbanas, envolvendo diretamente cidadãos de diferentes setores da sociedade, e implementar pelo menos 25% das soluções propostas dentro de 3 anos.	- Número de oficinas realizadas; - Número de participantes nas oficinas; - Número de soluções propostas e implementadas; - Satisfação dos participantes (pesquisas de satisfação)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

GESTÃO E EFICIÊNCIA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS

DIRETRIZ D12 Garantir a gestão e eficiência dos serviços e infraestruturas de saneamento básico e segurança

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E12.2 Modernizar e integrar os serviços de segurança pública, visando à prevenção ao crime e à violência	A12.2.1 Viabilizar o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e inteligência para prevenção ao crime.	Desenvolver e implementar um sistema de monitoramento e inteligência que permita a prevenção eficaz ao crime, melhorando a segurança pública e reduzindo a incidência de crimes e violência no município.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 300.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Implementar um sistema de monitoramento e inteligência que cubra 100% das áreas urbanas e principais vias de Campina Grande do Sul, reduzindo a incidência de crimes em 20% dentro de 3 anos.	- Número de câmeras de monitoramento instaladas; - Cobertura do sistema de monitoramento (área e locais); - Número de crimes registrados antes e após a implementação - Tempo de resposta das forças de segurança aos incidentes - Satisfação da população; - Efetividade das ações de prevenção e combate ao crime (estatísticas de resolução de casos)
	A12.2.2 Fortalecer a Guarda Municipal com novas contratações, treinamentos e equipamentos adequados, promovendo ações comunitárias de segurança.	Reforçar a atuação da Guarda Municipal por meio de novas contratações, treinamentos contínuos e fornecimento de equipamentos adequados, além de promover ações de segurança comunitária.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 1.500.000,00 + técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Contratar e treinar, pelo menos, 10 novos guardas municipais; adquirir no mínimo 1 equipamento de segurança; realizar pelo menos 2 ações comunitárias de segurança por ano, melhorando a percepção de segurança dentro de 3 anos.	- Número de novos guardas municipais contratados e treinados; - Qualidade e quantidade de equipamentos adquiridos; - Número de ações comunitárias realizadas; - Redução na incidência de crimes; - Satisfação da população; - Aumento na eficiência e tempo de resposta da Guarda Municipal

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

GESTÃO E EFICIÊNCIA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS

DIRETRIZ **D12** Garantir a gestão e eficiência dos serviços e infraestruturas de saneamento básico e segurança

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E12.3 Reduzir impactos ambientais e promover a saúde pública, com ênfase na prevenção de problemas decorrentes do manejo inadequado de serviços de saneamento, drenagem e gestão de resíduos sólidos	A12.3.1 Implementar projetos de saneamento básico que aumentem a cobertura de tratamento de esgoto, com ênfase nas áreas rurais e periféricas, para reduzir a contaminação de solos e corpos d'água.	Aumentar a cobertura de tratamento de esgoto em áreas rurais e periféricas, reduzindo a contaminação de solos e corpos d'água e promovendo a saúde pública e a sustentabilidade ambiental.	Alta	Curto prazo	Áreas rurais e periféricas	Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; SANEPAR	Aumentar a cobertura de tratamento de esgoto para 100% nas áreas rurais e periféricas, reduzindo a contaminação de solos e corpos d'água em 50%.	• Percentual de cobertura de tratamento de esgoto nas áreas rurais; • Redução nos níveis de contaminação de solos e corpos d'água; • Número de novos sistemas de tratamento de esgoto implementados; • Satisfação da população; • Melhoria nos indicadores de saúde pública (redução de doenças relacionadas à água contaminada)
	A12.3.2 Estabelecer programas municipais de coleta seletiva e reciclagem, incentivando a participação da comunidade.	Implementar programas de coleta seletiva e reciclagem para reduzir a quantidade de resíduos sólidos enviados a aterros sanitários e promover a conscientização e participação da comunidade na gestão ambiental.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Implementar um sistema de coleta seletiva em 100% do município, aumentando a taxa de reciclagem para 50% dos resíduos sólidos gerados dentro de 3 anos.	• Percentual de cobertura da coleta seletiva; • Quantidade de resíduos reciclados; • Participação da população nos programas de reciclagem (número de participantes); • Redução na quantidade de resíduos sólidos enviados a aterros sanitários; • Realização de campanhas de conscientização

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
GESTÃO E EFICIÊNCIA DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS										
DIRETRIZ	D12 Garantir a gestão e eficiência dos serviços e infraestruturas de saneamento básico e segurança									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A12.3.3 Promover ações educativas para a conscientização sobre a importância da separação de resíduos.	Conscientizar a população sobre a importância da separação correta dos resíduos, incentivando práticas sustentáveis e a participação ativa nos programas de coleta seletiva e reciclagem.	Média	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação	Realizar, pelo menos, 1 campanha educativa anual sobre a separação de resíduos, aumentando a adesão aos programas de coleta seletiva e reciclagem em 30%.	• Número de campanhas realizadas; • Percentual da população atingida pelas ações educativas; • Aumento na adesão aos programas de coleta seletiva e reciclagem; • Nível de conhecimento e mudança de comportamento da população (pesquisas de avaliação); • Redução na quantidade de resíduos inadequadamente descartados
	A12.3.4 Criar centros de compostagem comunitária em parques e espaços verdes para o tratamento de resíduos orgânicos, reduzindo o volume de lixo destinado a aterros e promovendo a produção de compostos para uso em áreas verdes públicas e hortas comunitárias.	Reduzir o volume de resíduos orgânicos destinados a aterros sanitários através da criação de centros de compostagem comunitária, promovendo a produção de composto orgânico para uso em áreas verdes públicas e hortas comunitárias.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 750.000,00 + despesa corrente	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias; SANEPAR	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Implementar, pelo menos, 1 centro de compostagem comunitária, reduzindo em 20% o volume de resíduos orgânicos enviados a aterros sanitários e produzindo compostos suficientes para atender 50% das áreas verdes públicas e hortas comunitárias	• Número de centros de compostagem criados; • Volume de resíduos orgânicos tratados; • Quantidade de composto produzido; • Uso do composto em áreas verdes e hortas comunitárias • Participação da comunidade; • Redução no volume de resíduos orgânicos enviados a aterros

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.3.2. Aspectos de saneamento básico

Quadro 13 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de saneamento básico (Diretriz 13)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
SANEAMENTO BÁSICO										
DIRETRIZ	D13 Universalizar a prestação dos serviços de saneamento									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E13.1 Universalizar o abastecimento de água potável	A13.1.1 Fiscalizar e gerenciar os serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).	Acompanhar a qualidade dos serviços prestados.	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: SANEPAR	100% da população urbana atendida com abastecimento de água.	Percentual da população urbana atendida com abastecimento de água.
	A13.1.2 Identificar áreas prioritárias para implementação de infraestrutura de abastecimento de água potável em território rural.	Atender a população rural com abastecimento de água potável	Alta	Curto prazo	Área rural	Despesa corrente	Vigiágua – Ministério da Saúde	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal da Saúde; SANEPAR	Atender 100% da população rural com água potável.	Percentual da população rural atendida pelo abastecimento de água potável.
	A13.1.3 Apoiar a continuidade do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).	Monitorar a qualidade da água do abastecimento rural	Média	Curto prazo	Área rural	Despesa corrente	Ministério da Saúde	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Executar e monitorar amostragens da qualidade de água de ao menos 10% das fontes de abastecimento rurais do município mensalmente	Percentual de análises de qualidade da água realizadas

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SANEAMENTO BÁSICO

DIRETRIZ D13 Universalizar a prestação dos serviços de saneamento

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A13.1.4 Fiscalizar o atendimento às metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e às demais legislações pertinentes.	Universalização do serviço de abastecimento de água potável	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Executar o Plano de Saneamento	Número de metas atendidas / Número de metas estabelecidas
	A13.1.5 Manter o Plano Municipal de Saneamento Básico atualizado.	Atender a Legislação Federal	Média	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 50.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Atualizar Planejamento do Saneamento Básico com a periodicidade máxima de até 10 anos para atender a legislação Federal	Plano atualizado
E13.2 Universalizar a coleta e tratamento do esgotamento sanitário	A13.2.1 Fiscalizar e gerenciar os serviços prestados pela SANEPAR.	Acompanhar a qualidade dos serviços prestados.	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	100% da população urbana atendida com coleta de esgotamento sanitário.	Percentual da população urbana atendida com coleta de esgotamento sanitário.

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SANEAMENTO BÁSICO

DIRETRIZ D13 Universalizar a prestação dos serviços de saneamento

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A13.2.2 Identificar áreas prioritárias para implementação de infraestrutura de coleta e tratamento de esgotamento sanitário em território rural.	Universalização do serviço de esgotamento sanitário na área rural	Alta	Curto prazo	Área rural	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde	Identificar as contaminações por esgotamento sanitário	Número de soluções individuais de esgotamento sanitário implantadas
	A13.2.3 Regularizar a coleta e o tratamento de esgoto sanitário na área atingida pela APA do Iraí.	Implantar rede de coleta de esgotamento sanitário na APA do Iraí	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	SANEPAR	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde; SANEPAR	Regularizar a coleta e o tratamento de esgoto de 100% na área atingida pela APA do Iraí a fim de erradicar a contaminação do reservatório Iraí	Número de ligações de esgotamento sanitário instaladas
	A13.2.4 Fiscalizar e gerenciar as soluções individuais de esgotamento sanitário.	Universalização do serviço de esgotamento sanitário na área rural	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Saúde	Erradicar as contaminações por esgotamento sanitário	Número de soluções individuais de esgotamento sanitário fiscalizadas
E13.3 Universalizar o manejo e gerenciamento dos resíduos sólidos	A13.3.1 Fiscalizar e gerenciar os serviços prestados pela empresa responsável pela coleta e destinação dos resíduos sólidos.	Fiscalizar a prestação adequada dos serviços	Média	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Fiscalizar a qualidade dos serviços oferecidos pela empresa prestadora do serviço	Volume de resíduos sólidos coletados e destinados

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SANEAMENTO BÁSICO

DIRETRIZ D13 Universalizar a prestação dos serviços de saneamento

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A13.3.2 Ampliar a coleta seletiva de resíduos recicláveis.	Abranger o atendimento da população	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Alcançar o volume de resíduos recicláveis de 28,7% para atender a legislação Federal (PLANARES, 2022)	Percentual de kg de resíduos recicláveis coletados
	A13.3.3 Fiscalizar e gerenciar os resíduos produzidos pelos grandes geradores.	Identificar a destinação adequada dos resíduos sólidos	Média	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Monitorar os grandes geradores de resíduos	Número de PGRS protocolados
	A13.3.4 Fiscalizar e atender às metas estabelecidas no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e às demais legislações pertinentes.	Universalização do serviço de manejo e destinação de resíduos sólidos	Alta	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Executar as ações e programas do PMGIRS	Número de metas atendidas / Número de metas estabelecidas
	A13.3.5 Manter o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) atualizado.	Atender a Legislação Federal	Médio	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	150.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Atualizar PMGIRS na periodicidade máxima de até 10 anos para atender a legislação Federal	Plano atualizado

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

SANEAMENTO BÁSICO

DIRETRIZ **D13** Universalizar a prestação dos serviços de saneamento

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E13.4 Universalizar o manejo e a drenagem das águas pluviais	A13.4.1 Manter o mapeamento atualizado das áreas de risco de inundação e/ou alagamento.	Identificar as áreas de risco de alagamento e inundação	Média	Execução contínua	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Defesa Civil Municipal	Cadastrar 100% as áreas de risco de alagamento e inundação	Percentual de áreas de risco mapeadas e cadastradas
	A13.4.2 Realizar cadastro unificado da rede de drenagem das águas pluviais.	Georreferenciar a rede de drenagem instalada	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	Realizar cadastro georreferenciado 100% da rede de drenagem instalada	Extensão da rede de drenagem instalada e georreferenciada
	A13.4.3 Atender às metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e às demais legislações pertinentes.	Universalização do serviço de manejo de drenagem das águas pluviais	Alta	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	Despesa corrente	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Executar ao menos 90% das metas estabelecidas no Plano de Saneamento	Número de metas atendidas / Número de metas estabelecidas

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
SANEAMENTO BÁSICO										
DIRETRIZ	D13 Universalizar a prestação dos serviços de saneamento									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A13.4.4 Manter o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano de Contingência Municipal atualizado.	Atender a Legislação Federal	Média	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 50.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças; Defesa Civil Municipal	Atualizar Planejamento do Saneamento Básico com a periodicidade máxima de até 10 anos e Plano de Contingência anualmente para atender a legislação Federal	Plano atualizado

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.3.3. Aspectos de circulação e mobilidade

Quadro 14 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de mobilidade e circulação (Diretriz 14)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO										
DIRETRIZ	D14 Promover a reestruturação do sistema viário, conforme estabelecido no Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E14.1 Promover a requalificação do sistema viário	A14.1.1 Implantar as novas diretrizes viárias, compatíveis às condicionantes ambientais e de expansão da ocupação urbana, assim como com as definições estabelecidas no Plano de Mobilidade.	Ampliar as conexões entre os bairros, ampliando a qualidade da circulação municipal dos diferentes modais.	Alta	Longo Prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
E14.2 Promover a integração metropolitana a partir da infraestrutura rodoviária	A14.2.1 Viabilizar o alinhamento para a implantação da diretriz de contorno rodoviário do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Contorno Norte	Qualificar os deslocamentos rodoviários regionais.	Alta	Longo Prazo	Trecho do perímetro urbano com incidência da previsão do contorno rodoviário	Técnico-administrativo	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Concessionária Autopista Régis Bittencourt	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO										
DIRETRIZ	D14 Promover a reestruturação do sistema viário, conforme estabelecido no Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A14.2.2 Realizar a requalificação da Rodovia Estadual PR-506 (Rodovia do Caqui), junto ao DER/PR.	Qualificar a circulação municipal e regional da Rodovia do Caqui (PR-506), ampliando a segurança e as conexões entre os bairros.	Alta	Curto Prazo	Área de abrangência da porção urbana da Rodovia do Caqui (PR-506)	Técnico-administrativo	Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER/PR).	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
	A14.2.3 Alinhar e aperfeiçoar as diretrizes viárias metropolitanas com incidência sobre Campina Grande do Sul junto à AMEP, conforme orientações do PlanMob.	Atualizar o sistema viário metropolitano com incidência no município de Campina Grande do Sul, promovendo a integração regional.	Alta	Curto Prazo	Vias do município que integram o sistema viário metropolitano	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 15 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos de mobilidade e circulação (Diretriz 15)

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO										
DIRETRIZ	D15 Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano e Mobilidade									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E15.1 Promover a qualificação da infraestrutura viária	A15.1.1 Ampliar a pavimentação de vias pelo território, conforme prioridades estabelecidas pelo PlanMob.	Qualificar a infraestrutura de circulação de veículos no município de Campina Grande do Sul.	Alta	Execução contínua. Verificar prazos específicos conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade.	Malha viária do município de Campina Grande do Sul.	Verificar os custos estimados no Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
	A15.1.2 Garantir a sinalização clara e atualizada, a fim de proporcionar melhores orientações e segurança nos deslocamentos.	Ampliar a segurança da circulação dos diferentes modais, por meio da sinalização de trânsito clara e atualizada.	Alta	Execução contínua	Malha viária do município de Campina Grande do Sul.	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO

DIRETRIZ **D15** Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano e Mobilidade

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E15.2 Garantir condições de caminhabilidade e promoção da acessibilidade universal nos espaços urbanos de circulação	A15.2.1 Garantir a aplicação de elementos de acessibilidade nas vias públicas, de modo padronizado e conforme normativa.	Ampliar a qualidade e a segurança dos deslocamentos a pé para todos os cidadãos.	Alta	Execução contínua	Malha viária do município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
	A15.2.2 Ampliar o número de vias com calçamento, de modo padronizado, garantindo acessibilidade e dentro das exigências e orientações de normativas e afins.	Qualificar a malha viária do município com a implementação infraestrutura adequada para a circulação a pé, de modo acessível a todos os cidadãos.	Alta	Execução contínua. Verificar prazos específicos conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Malha viária do município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO										
DIRETRIZ	D15 Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano e Mobilidade									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E15.3 Promover o incentivo ao uso de bicicletas	A15.3.1 Ampliar a infraestrutura cicloviária pelo município.	Qualificar a malha viária do município com a implementação infraestrutura adequada para a circulação de modos cicloviários incentivando os deslocamentos por bicicleta e demais em Campina Grande do Sul	Alta	Execução contínua. Verificar prazos específicos conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Malha viária do município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO

DIRETRIZ **D15** Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano e Mobilidade

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A15.3.2 Implementar rotas cicloturísticas ao longo do município.	Incentivar a circulação, o turismo e o lazer por meio de rotas ciclo turísticas no município.	Média	Longo prazo	Município de Campina Grande do Sul, com trechos propostos parcialmente sobre os municípios de Bocaíuva do Sul e Colombo.	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Convênios intermunicipais.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Consórcios Intermunicipais.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
E15.4 Garantir a oferta de transporte coletivo	A15.4.1 Viabilizar a integração entre o sistema metropolitano e o municipal de transporte junto à AMEP.	Melhorar a eficiência, frequência e cobertura das linhas de ônibus municipais e intermunicipais para facilitar a mobilidade dos cidadãos e promover a integração metropolitana.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS										
MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO										
DIRETRIZ	D15 Promover a qualificação da circulação viária no município, em conformidade ao estabelecido pelo Plano e Mobilidade									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A15.4.2 Viabilizar e estabelecer um sistema de transporte urbano, conforme estabelecido pelo Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul.	Possibilitar facilitar a mobilidade dos cidadãos de modo eficiente, por meio das linhas de ônibus municipais.	Alta	Curto prazo	Perímetro Urbano do Município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob
E15.5 Elaborar Plano Municipal de Acessibilidade	A15.5.1 Desenvolver e implementar Plano Municipal de Acessibilidade em Campina Grande do Sul conforme estabelecido pelo Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul.	Assegurar os princípios do desenho universal e a adoção de todos os meios de acessibilidade.	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Procuradoria Geral; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Saúde.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.4. Aspectos socioeconômicos

Quadro 16 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioeconômicos (Diretriz 16)

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA POPULACIONAL										
DIRETRIZ	D16 Garantir o bem-estar social									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E16.1 Incentivar o envelhecimento ativo	A16.1.1 Investir em infraestrutura social, como centros comunitários, espaços de convivência para idosos, e programas de lazer e entretenimento adaptados às necessidades da população mais velha.	Proporcionar espaços de convivência e programas de lazer adaptados às necessidades da população idosa.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 3.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social.	Construir ou adaptar 2 centros comunitários para atender às necessidades dos idosos até o final do 7º ano.	- Número de centros construídos ou adaptados - Número de idosos atendidos - Índice de satisfação dos usuários (pesquisa de satisfação).
	A16.1.2 Implementar políticas e programas que promovam o envelhecimento ativo e saudável, incentivando a participação em atividades físicas, culturais e sociais, e facilitando o acesso a serviços e cuidados adequados para idosos.	Promover o envelhecimento ativo e saudável por meio de atividades físicas, culturais e sociais.	Alta	Execução contínua	Equipamentos comunitários	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria Municipal de Saúde; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Organizar programas de envelhecimento ativo em 100% dos equipamentos comunitários até o final do 3º ano.	- Número de programas implementados - Número de idosos atendidos - Índice de satisfação dos usuários (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.1.3 Garantir o acesso facilitado a serviços de saúde preventiva, consultas médicas regulares, exames de rotina e cuidados geriátricos especializados, incentivando a manutenção da saúde e o autocuidado.	Facilitar o acesso dos idosos a consultas médicas regulares, exames de rotina e cuidados geriátricos.	Alta	Curto prazo	Equipamentos de saúde	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais; Fundo Nacional da Saúde	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal da Saúde Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social.	Aumentar em 25% o número de idosos que realizam consultas e exames preventivos até o final do 3º ano.	• Número de consultas e exames realizados • Número de idosos atendidos • Índices de saúde geriátrica.
	A16.1.4 Oferecer oportunidades de aprendizado ao longo da vida, como cursos, workshops e palestras sobre temas variados, estimulando o desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional dos idosos.	Estimular o desenvolvimento pessoal, intelectual e profissional dos idosos por meio de cursos e workshops.	Média	Execução contínua	Equipamentos comunitários e escolas	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Oferecer 10 cursos ou workshops anuais em temas variados para idosos.	• Número de cursos oferecidos • Número de idosos atendidos • Índice de satisfação dos usuários (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.1.5 Promover programas de voluntariado e oportunidades de engajamento cívico para idosos, permitindo que contribuam ativamente com a comunidade, compartilhando suas habilidades e experiências.	Permitir que os idosos contribuam ativamente com a comunidade.	Média	Execução contínua	Equipamentos comunitários	R\$ 300.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Engajar 200 idosos em programas de voluntariado até o final do 3º ano.	- Número de idosos voluntários - Número de horas de voluntariado - Impacto das atividades voluntárias na comunidade (pesquisa).
	A16.1.6 Desenvolver programas que incentivem a interação entre diferentes faixas etárias, como atividades recreativas, projetos de mentoria e intercâmbio de habilidades.	Incentivar a interação entre diferentes faixas etárias por meio de atividades recreativas, projetos de mentoria e intercâmbio.	Média	Médio prazo	Equipamentos comunitários e de educação	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude; Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Implementar programas de interação intergeracional em 50% dos centros comunitários e 25% das escolas até o final do 7º ano.	- Número de programas implementados - Número de participantes das diferentes faixas etárias - Índice de satisfação dos participantes (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.1.7 Integrar conteúdos relacionados ao envelhecimento, respeito à diversidade etária e valorização dos idosos no currículo escolar, promovendo a conscientização desde cedo.	Promover a conscientização sobre envelhecimento e valorização dos idosos.	Média	Médio prazo	Equipamentos de educação	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Integrar conteúdos sobre envelhecimento em 100% das escolas municipais até o final do 7º ano.	• Número de escolas com currículo atualizado • Percepção dos alunos sobre o envelhecimento (pesquisa).
	A16.1.8 Facilitar o acesso e o uso de tecnologias digitais pelos idosos, oferecendo treinamentos e suporte para o uso de smartphones, tablets e computadores, promovendo a inclusão digital e a conexão com familiares e amigos.	Promover a inclusão digital dos idosos por meio de treinamentos e suporte.	Alta	Curto prazo	Equipamentos comunitários e de educação	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; Conselho Municipal de Assistência Social; ONGs.	Oferecer treinamentos digitais para 50 idosos até o final do 3º ano.	• Número de treinamentos realizados • Número de idosos atendidos • Aumento na utilização de tecnologias digitais pelos idosos.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E16.2 Estimular a retenção de pessoas e profissionais	A16.2.1 Promover políticas de imigração e retenção de jovens profissionais e famílias, contribuindo para o aumento da população e da diversidade demográfica.	Aumentar a população economicamente ativa e conter a inversão da pirâmide etária	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura.	Implementar programa de imigração e retenção de jovens para pelo menos 500 pessoas até o final do 3º ano. .	- Número de programas implementados - Número de pessoas atendidas.
	A16.2.2 Desenvolver programas de acolhimento para imigrantes, oferecendo suporte para integração social, cultural e econômica, incluindo orientação sobre serviços locais, idioma e cultura.	Facilitar a integração social, cultural e econômica de imigrantes no município.	Média	Médio prazo	Equipamentos comunitários	R\$ 400.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Educação	Implementar programas de acolhimento para 300 imigrantes até o final do 7º ano.	- Número de imigrantes acolhidos - Nível de integração social e econômica - Índice satisfação dos participantes (pesquisa de satisfação).
E16.3 Capacitar força de trabalho	A16.3.1 Oferecer cursos de capacitação profissional em parceria com instituições educacionais e empresas locais, focados nas habilidades demandadas pelo mercado de trabalho, como tecnologia da informação, gestão, idiomas, entre outros.	Melhorar a qualificação profissional da população para atender às demandas do mercado de trabalho.	Alta	Execução contínua	Escolas municipais e centros de treinamentos	R\$ 1.500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; ONGs; Sistema S.	Capacitar 100 pessoas anualmente em áreas de alta demanda no mercado de trabalho.	- Número de cursos oferecidos - Número de participantes capacitados - Taxa de inserção no mercado de trabalho.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.3.2 Estabelecer parcerias com escolas técnicas e instituições de ensino superior para oferecer cursos técnicos e tecnológicos alinhados às necessidades das empresas locais, proporcionando uma formação mais especializada aos trabalhadores.	Oferecer cursos técnicos e tecnológicos alinhados às necessidades das empresas locais.	Alta	Médio prazo	Equipamentos de educação e centros de treinamentos	R\$ 10.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais; Recursos federais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Instituições de Ensino Superior; Sistema S.	Estabelecer 5 parcerias estratégicas até o final do 7º ano.	• Número de parcerias estabelecidas • Número de cursos oferecidos • Números de egressos.
	A16.3.3 Estabelecer parcerias com centros de qualificação profissional que ofereçam cursos gratuitos ou subsidiados, como o Senai, para a população de baixa renda, visando aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho.	Aumentar as oportunidades de qualificação para a população de baixa renda.	Alta	Curto prazo	Centros de empregos e treinamento	R\$ 500.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais; Recursos federais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Sistema S.	Oferecer 100 vagas em cursos gratuitos ou subsidiados anualmente.	• Número de vagas oferecidas • Número de participantes capacitados.
	A16.3.4 Criar programas de recolocação profissional para trabalhadores desempregados, oferecendo apoio psicológico, orientação vocacional, treinamento em habilidades de busca de emprego e conexão com empresas que estejam contratando.	Apoiar a recolocação de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho.	Alta	Curto prazo	Centros de empregos treinamento	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Sistema S.	Auxiliar ao menos 50 trabalhadores a se recolocarem no mercado de trabalho anualmente.	• Número de trabalhadores atendidos • Taxa de recolocação • Nível de satisfação dos participantes (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA POPULACIONAL

DIRETRIZ D16 Garantir o bem-estar social

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.3.5 Criar oferta de cursos e treinamentos em informática e tecnologia básica, garantindo que todos os trabalhadores tenham as habilidades necessárias para se adaptar às demandas do mercado de trabalho atual.	Garantir que todos os trabalhadores tenham as habilidades tecnológicas necessárias para o mercado atual.	Alta	Curto prazo	Equipamentos de educação	R\$ 450.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação; Sistema S.	Capacitar 100 pessoas anualmente em habilidades tecnológicas básicas.	- Número de cursos oferecidos - Número de participantes capacitados - Percepção de melhoria nas habilidades tecnológicas dos participantes (pesquisa qualitativa).
	A16.3.6 Criar programa de educação continuada e o desenvolvimento profissional ao longo da vida, oferecendo subsídios ou incentivos fiscais para a participação em cursos, <i>workshops</i> e eventos relacionados à área de atuação de cada profissional.	Oferecer subsídios e incentivos fiscais para a participação em cursos e workshops.	Média	Execução contínua	Centros de treinamento	R\$ 300.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Educação.	Incentivar ao menos 50 profissionais a participar de cursos de desenvolvimento contínuo anualmente.	- Número de profissionais beneficiados - Número de cursos e workshops oferecidos - Nível de satisfação dos participantes (pesquisa de satisfação).
	A16.3.7 Desenvolver programas específicos de alfabetização para adultos que possuem baixo nível de escolaridade, visando prepará-los para ingressar na EJA e continuar sua educação formal.	Preparar adultos para ingressar na Educação de Jovens e Adultos (EJA).	Alta	Médio prazo	Equipamentos de educação e centros de treinamento	R\$ 200.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura.	Implementar programas de alfabetização para ao menos 50 adultos até o final do 7º ano.	- Número de adultos alfabetizados - Número de programas implementados - Taxa de continuidade na EJA.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA POPULACIONAL										
DIRETRIZ	D16 Garantir o bem-estar social									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A16.3.8 Estabelecer parcerias com empresas locais e organizações da sociedade civil para identificar e alcançar adultos que desejam retomar os estudos, oferecendo horários flexíveis de aula e apoio financeiro, quando possível.	Facilitar o retorno aos estudos de adultos que desejam continuar sua educação formal.	Média	Médio prazo	Equipamentos de educação e centros de treinamento	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura.	Implementar programas de educação flexível em 25% das escolas municipais até o final do 7º ano.	• Número de parcerias • Número de alunos beneficiados • Taxa de continuidade nos estudos.
	A16.3.9 Disponibilizar serviços de apoio, como transporte gratuito, material didático subsidiado, creche para filhos de alunos e orientação psicopedagógica, para remover possíveis barreiras que impeçam jovens e adultos de participar da EJA.	Remover barreiras que impedem a participação de jovens e adultos na EJA.	Alta	Curto prazo	Equipamentos comunitários e de educação	R\$ 350.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Educação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura.	Oferecer serviços de apoio para 10 alunos da EJA anualmente.	• Número de alunos beneficiados • Número de serviços oferecidos • Taxa de continuidade nos estudos.

Fonte: URBTEC™ (2024).

Quadro 17 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos socioeconômicos (Diretriz 17)

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ **D17** Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E17.1 Identificar setores econômicos potenciais	A17.1.1 Realizar estudos para identificar os setores econômicos com potencial de crescimento na região, levando em consideração as vantagens comparativas e os recursos locais disponíveis.	Identificar setores com maior potencial de crescimento.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Completar os estudos setoriais até o final do 3º ano.	• Número de estudos realizados, setores identificados • Nível de relevância dos setores para o desenvolvimento econômico.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.1.2 Realizar consultas e entrevistas com empresários locais para entender melhor suas necessidades, desafios e oportunidades, e identificar os setores nos quais estão interessados em investir ou expandir seus negócios.	Compreender necessidades, desafios e oportunidades locais.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 100.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Realizar consultas com 200 empresários de diferentes setores até o final do 3º ano.	• Número de entrevistas realizadas • Setores com maiores necessidades identificadas • Medidas adotadas para solucionar os desafios.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.1.3 Realizar um mapeamento dos recursos locais disponíveis, incluindo recursos naturais, infraestrutura, mão de obra qualificada, centros de pesquisa e inovação, para identificar os setores que podem se beneficiar desses recursos.	Identificar recursos naturais, infraestrutura e mão de obra qualificada disponíveis	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Mapear 100% dos recursos locais disponíveis até o final do 3º ano.	• Percentual de recursos mapeados • Setores beneficiados • Uso efetivo dos recursos identificados.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.1.4 Realizar estudos de viabilidade econômica para avaliar o potencial de crescimento e lucratividade de diferentes setores, levando em consideração fatores como demanda do mercado, concorrência, custos de produção e acesso a financiamento.	Avaliar o potencial de crescimento e lucratividade de diversos setores.	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 800.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Completar os estudos de viabilidade econômica até o final do 7º ano.	• Realização de estudos de viabilidade econômica • Setores avaliados, ações implementadas com base nos estudos.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.1.5 Estabelecer parcerias com universidades e centros de pesquisa para realizar estudos setoriais e identificar oportunidades de inovação e desenvolvimento tecnológico em setores específicos	Identificar oportunidades de inovação e desenvolvimento tecnológico	Alta	Curto prazo	Universidades e centros de pesquisa locais/regionais	R\$ 1.500.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Universidades; Centros de pesquisa	Firmar ao menos 2 parcerias até o final do 3º ano	• Número de parcerias estabelecidas • Número de estudos e pesquisas realizadas • Número de oportunidades identificadas.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.1.6 Promover eventos e feiras setoriais para reunir empresários, investidores, pesquisadores e outros interessados em discutir oportunidades de negócios e promover a troca de experiências e conhecimentos	Reunir empresários, investidores e pesquisadores para discutir oportunidades de negócios e trocar experiências	Média	Execução contínua	Centros de convenções e áreas de eventos	R\$ 500.000,00 (ano)	Recursos municipais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Organizar 5 eventos anuais até o final do 7º ano	• Número de eventos realizados • Número de participantes • Oportunidades de negócios geradas

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E17.2 Estimular a inovação e a tecnologia	A17.2.1 Criar programa de incentivos fiscais e financiamento para projetos de inovação e tecnologia, visando aumentar a competitividade das empresas locais e atrair investimentos de fora	Aumentar a competitividade das empresas locais e atrair investimentos	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Oferecer incentivos para 50 projetos até o final do 3º ano	• Número de projetos incentivados • Impacto na competitividade das empresas (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.2 Criar parques tecnológicos ou áreas de inovação para concentrar empresas de base tecnológica, promovendo a interação entre universidades, centros de pesquisa e empresas.	Atrair empresas de base tecnológica e promover a interação entre universidades, centros de pesquisa e empresas.	Alta	Médio prazo	Áreas designadas para desenvolvimento tecnológico (ZSI4); Vale Digital	R\$ 20.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Estabelecer 1 parque tecnológico até o final do 7º ano.	• Número de áreas designadas para o parque • Número de empresas instaladas • Nível inovação e desenvolvimento tecnológico promovido.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.3 Implementar programa de apoio ao empreendedorismo e às <i>startups</i> , oferecendo incentivos para a criação de novos negócios, como incubadoras, aceleradoras, cursos de capacitação e acesso a capital de risco.	Incentivar a criação de novos negócios.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Elaborar programas para apoiar pelo menos 10 startups até o final do 3º ano.	• Número de startups apoiadas • Número de programas de capacitação oferecidos • Taxa de operação das startups apoiadas (metodologia Sebrae).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.4 Implementar incentivos fiscais, como redução de impostos ou isenções tributárias, para empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Além disso, oferecer financiamento acessível e linhas de crédito específicas para projetos inovadores.	Reduzir tributos e oferecer financiamento acessível para empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Oferecer incentivos para 50 empresas até o final do 3º ano.	• Número de incentivos ofertados • Número de empresas beneficiadas • Investimentos em P&D (R\$).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.5 Estabelecer parcerias público-privadas para desenvolver projetos de inovação e tecnologia, promovendo a colaboração entre o governo, empresas e instituições de pesquisa.	Desenvolver projetos de inovação e tecnologia	Média	Médio prazo	Centros de inovação e parques tecnológicos locais/regionais	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais; Parcerias com empresas e instituições de pesquisa	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Firmar 10 parcerias público-privadas até o final do 7º ano.	• Número de parcerias estabelecidas • Percepção sobre o nível de inovação e tecnologia municipal (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.6 Organizar eventos, conferências e feiras tecnológicas para reunir empresas, investidores, pesquisadores e profissionais do setor, facilitando a troca de conhecimentos, <i>networking</i> e oportunidades de negócios.	Facilitar a troca de conhecimentos, <i>networking</i> e oportunidades de negócios.	Média	Execução contínua	Centros de convenções e áreas de eventos	R\$ 1.500.000,00 (ano)	Recursos municipais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Realizar 5 eventos anuais até o final do 7º ano.	• Número de eventos realizados • Número de participantes e oportunidades de negócios geradas.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.2.7 Implementar políticas de compra pública inovadora, incentivando órgãos governamentais a adquirirem produtos e serviços inovadores desenvolvidos por empresas locais, estimulando o mercado e a adoção de soluções tecnológicas.	Incentivar órgãos municipais a adquirirem produtos e serviços inovadores desenvolvidos por empresas locais.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Implementar políticas de compra pública inovadora em 50% dos órgãos municipais até o final do 3º ano.	• Número de produtos e serviços inovadores adquiridos • Adoção de soluções tecnológicas.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E17.3 Promover o turismo sustentável	A17.3.1 Realizar estudos para identificar e desenvolver roteiros turísticos que promovam a conservação ambiental, a cultura local e o envolvimento das comunidades, destacando áreas naturais protegidas, patrimônios históricos e culturais, e práticas sustentáveis.	Desenvolver roteiros turísticos no município.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais; Recursos federais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Desenvolver 2 roteiros turísticos sustentáveis até o final do 3º ano.	• Número de roteiros desenvolvidos • Nível de satisfação dos turistas (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.3.2 Implementar programas de educação ambiental e cultural para moradores locais e visitantes, destacando a importância da preservação ambiental, do respeito à cultura local e das práticas sustentáveis no turismo.	Destacar a importância da preservação ambiental e da cultura local.	Alta	Curto prazo	Equipamentos de educação, comunitários, receptivos turísticos	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Implementar programas de educação ambiental e cultural em 50% dos equipamentos comunitários e de educação até o final do 3º ano.	• Número de programas implementados • Número de participantes • Percepção na conscientização ambiental e cultural (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.3.3 Estabelecer programas de certificação e qualificação para prestadores de serviços turísticos, incentivando a adoção de práticas sustentáveis em hotéis, restaurantes, agências de viagens e outras empresas do setor.	Incentivar a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico.	Média	Médio prazo	Hotéis, restaurantes, agências de viagens, empresas turísticas	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Certificar e qualificar 100 prestadores de serviços turísticos até o final do 7º ano.	• Número de prestadores certificados • Percepção de melhoria na qualidade dos serviços turísticos (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.3.4 Investir em infraestrutura turística sustentável, como trilhas ecológicas, ciclovias, parques urbanos, centros de visitantes ecoeficientes, e instalações para reciclagem e tratamento de resíduos.	Melhorar infraestrutura turística municipal.	Alta	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais; Recursos federais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Desenvolver 10 infraestruturas turísticas sustentáveis até o final do 7º ano.	• Número de infraestruturas desenvolvidas • Número de visitantes • Percepção de impacto na infraestrutura turística (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.3.5 Realizar campanhas de conscientização sobre o turismo responsável, incentivando os visitantes a respeitarem o meio ambiente, a cultura local e as comunidades, e a contribuírem para o desenvolvimento sustentável da região.	Incentivar visitantes a respeitarem o meio ambiente e a cultura local.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Realizar 5 campanhas anuais até o final do 3º ano.	• Número de campanhas realizadas • Alcance das campanhas • Percepção sobre a conscientização dos visitantes (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.3.6 Criar programa para a valorização da gastronomia local e dos produtos regionais, promovendo o consumo de alimentos produzidos de forma sustentável e o apoio aos pequenos produtores locais.	Promover o consumo de alimentos locais.	Média	Médio prazo	Mercados locais, restaurantes, feiras gastronômicas	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Valorizar 10 produtos regionais e promover 5 eventos gastronômicos até o final do 7º ano.	• Número de produtos regionais valorizados • Número de eventos realizados • Percepção sobre a economia local (pesquisa).
E17.4 Incentivar a agricultura familiar e o agronegócio	A17.4.1 Criar programa de assistência técnica e capacitação para os agricultores familiares, oferecendo treinamentos em boas práticas agrícolas, técnicas de cultivo sustentável, gestão financeira e administração rural.	Ofertar assistência técnica e capacitação para os agricultores familiares.	Alta	Curto prazo	Áreas rurais do município	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Realizar ao menos 250 treinamentos em boas práticas agrícolas, técnicas de cultivo sustentável, gestão financeira e administração rural com agricultores familiares até o final do 3º ano	• Número de agricultores capacitados • Número de treinamentos oferecidos • Percepção de impacto nas práticas agrícolas (pesquisa).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

DINÂMICA ECONÔMICA

DIRETRIZ D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.4.2 Estabelecer programa de acesso à terra para os agricultores familiares, por meio da criação de linhas de crédito específicas para o setor, com condições favoráveis e juros subsidiados.	Facilitar o acesso à terra através de linhas de crédito específicas com condições favoráveis.	Alta	Curto prazo	Áreas rurais do município	R\$ 3.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	Beneficiar 50 agricultores familiares até o final do 3º ano.	• Número de agricultores beneficiados • Condições de crédito oferecidas • Percepção de impacto na produção agrícola (pesquisa).
	A17.4.3 Investir em infraestrutura rural, como estradas vicinais, sistemas de irrigação, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, facilitando o escoamento da produção e agregando valor aos produtos.	Melhorar infraestrutura rural.	Alta	Médio prazo	Áreas rurais do município	R\$ 10.000.000,00	Recursos municipais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	Melhorar a infraestrutura de ao menos 4 comunidades rurais até o final do 7º ano.	• Número de infraestruturas melhoradas • Percepção de impacto na produção agrícola • Nível satisfação dos agricultores (pesquisa de satisfação).

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DINÂMICA ECONÔMICA										
DIRETRIZ	D17 Promover o desenvolvimento econômico sustentável									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A17.4.4 Criar programa para realização de feiras e mercados locais, onde os agricultores familiares possam comercializar diretamente seus produtos, estabelecendo uma relação mais próxima com os consumidores e valorizando a produção local.	Facilitar a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar.	Média	Médio prazo	Município	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Realizar 20 feiras e mercados locais anuais até o final do 7º ano.	• Número de feiras realizadas • Número de agricultores participantes • Percepção de impacto na economia local (pesquisa).
	A17.4.5 Implementar programas de compras públicas da agricultura familiar, destinando uma parcela dos recursos públicos para a aquisição de alimentos produzidos localmente, para uso em escolas, hospitais, restaurantes populares e outros órgãos governamentais.	Destinar parcela dos recursos públicos para a aquisição de alimentos produzidos localmente.	Alta	Curto prazo	Equipamentos de educação; de saúde; e órgãos governamentais	R\$ 3.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação; Secretaria de Infraestrutura e Logística.	Adquirir 30% dos alimentos de fornecedores locais até o final do 3º ano.	• Percentual de alimentos adquiridos localmente • Número de agricultores beneficiados • Percepção de impacto na economia agrícola local (pesquisa).

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.5. Aspectos institucionais

Quadro 18 – Plano de Ação e Investimentos: aspectos institucionais (Diretriz 18)

ASPECTOS INSTITUCIONAIS										
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA										
DIRETRIZ	D18 Modernizar a estrutura administrativa									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E18.1 Reforçar o quadro de funcionários	A18.1.1 Realizar concursos públicos para preencher as lacunas de profissionais em áreas críticas, garantindo uma equipe administrativa completa e adequada.	Garantir uma equipe administrativa completa e adequada.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Preencher 100% das vagas críticas até o final do 3º ano.	• Número de vagas preenchidas • Percepção sobre eficiência administrativa (pesquisa).
	A18.1.2 Criar programas de estágio e aprendizagem para jovens estudantes interessados em ingressar no serviço público, oferecendo oportunidades de capacitação e desenvolvimento.	Oferecer oportunidades de capacitação e desenvolvimento para jovens interessados em ingressar no serviço público.	Média	Médio prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00 (ano)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Oferecer 200 vagas de estágio e aprendizagem até o final do 7º ano.	• Número de estagiários e aprendizes contratados • Percepção sobre qualificação dos jovens (pesquisa).
	A18.1.3 Implementar plano de valorização do servidor público, oferecendo incentivos salariais, benefícios adicionais e oportunidades de progressão na carreira.	Oferecer incentivos salariais, benefícios adicionais e oportunidades de progressão na carreira.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 2.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Implementar o plano em 100% das secretarias até o final do 3º ano.	• Número de servidores atingidos • Número de secretarias atingidas • Percepção na retenção e produtividade (pesquisa).

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETRIZ D18 Modernizar a estrutura administrativa

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A18.1.4 Contratar serviços de consultoria especializada para identificar lacunas de competências na estrutura administrativa e desenvolver planos de ação para preenchê-las.	Desenvolver planos de ação para preencher as lacunas de competências na estrutura administrativa.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Identificar e preencher 80% das lacunas de competências até o final do 3º ano.	- Número de lacunas identificadas e preenchidas - Percepção na eficiência administrativa (pesquisa).
E18.2 Investir em capacitação	A18.2.1 Desenvolver plano de capacitação contínua para os funcionários municipais, identificando as necessidades de treinamento em diferentes áreas e níveis de habilidade.	Identificar as necessidades de treinamento e melhorar as habilidades dos funcionários.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Capacitar 40% dos funcionários até o final do 3º ano.	- Número de treinamentos realizados - Número de funcionários treinados - Percepção de impacto na qualificação dos funcionários (pesquisa).
	A18.2.2 Implementar programas de treinamento específicos para melhorar as habilidades técnicas e profissionais dos funcionários em áreas como gestão de projetos, finanças públicas, atendimento ao cliente e liderança.	Melhorar habilidades técnicas e profissionais dos funcionários em áreas como gestão de projetos, finanças públicas, atendimento ao cliente e liderança.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 800.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Oferecer treinamento específico para 70% dos funcionários até o final do 3º ano.	- Número de treinamentos realizados - Número de funcionários treinados - Percepção de impacto na eficiência e qualidade do serviço público.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETRIZ D18 Modernizar a estrutura administrativa

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A18.2.3 Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior e centros de treinamento profissional para oferecer programas de capacitação personalizados para os funcionários municipais.	Oferecer programas de capacitação personalizados para os funcionários municipais.	Média	Médio prazo	Secretarias municipais	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Firmar 5 parcerias com instituições de ensino superior e centros de treinamento até o final do 7º ano.	• Número de parcerias estabelecidas • Número de programas de capacitação oferecidos.
	A18.2.4 Incentivar a participação dos funcionários em conferências, seminários e eventos relacionados às suas áreas de atuação, proporcionando oportunidades de aprendizado e networking.	Proporcionar oportunidades de aprendizado e networking.	Média	Execução contínua	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00 (ano)	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Efetivar a participação de ao menos 50 funcionários em eventos anuais.	• Número de funcionários participantes • Percepção de impacto no aprendizado e networking (pesquisa).
	A18.2.5 Implementar sistemas de avaliação de desempenho que incorporem metas de desenvolvimento e aprendizado, reconhecendo e recompensando os funcionários que demonstrarem comprometimento com o seu próprio crescimento.	Incorporar metas de desenvolvimento e aprendizado.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Avaliar 100% dos funcionários até o final do 3º ano.	• Número de avaliações realizadas • Percepção de impacto na motivação e desempenho dos funcionários identificada a partir das avaliações.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETRIZ D18 Modernizar a estrutura administrativa

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E18.3 Atualizar a infraestrutura	A18.3.1 Realizar levantamento abrangente das instalações municipais para identificar áreas que necessitam de melhorias físicas, como reparos estruturais, renovação de infraestrutura elétrica e hidráulica, e modernização de espaços de trabalho.	Identificar necessidades de reparos estruturais, renovação de infraestrutura elétrica e hidráulica, e modernização de espaços de trabalho.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 3.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	Identificar e iniciar melhorias em 100% das instalações municipais até o final do 3º ano.	- Número de instalações avaliadas - Número de melhorias realizadas.
	A18.3.2 Atualizar os equipamentos de escritório, tecnologia da informação e comunicação, garantindo que os funcionários tenham acesso a ferramentas e recursos adequados para realizar suas tarefas de forma eficaz.	Garantir que os funcionários tenham acesso a ferramentas e recursos adequados.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Atualizar 100% dos equipamentos necessários até o final do 3º ano.	- Número de equipamentos atualizados - Número de funcionários atendidos - Percepção sobre eficiência dos funcionários (pesquisa).
	A18.3.3 Melhorar a acessibilidade e a segurança das instalações municipais, realizando adaptações para atender às necessidades de pessoas com deficiência e implementando medidas de prevenção contra incêndios e desastres naturais.	Melhorar a acessibilidade e a segurança das instalações municipais.	Alta	Médio prazo	Secretarias municipais	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais; Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	Adaptar 100% das instalações municipais para acessibilidade e segurança até o final do 3º ano.	- Número de instalações adaptadas - Número de medidas de segurança implementadas.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETRIZ D18 Modernizar a estrutura administrativa

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A18.3.4 Criar um plano de manutenção preventiva e corretiva para garantir que as instalações municipais permaneçam em boas condições ao longo do tempo e evitem a depreciação.	Garantir que as instalações municipais permaneçam em boas condições.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 3.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.	Implementar o plano de manutenção em 100% das instalações municipais até o final do 3º ano.	• Número de instalações com manutenção regular • Percepção sobre o estado de conservação das instalações (pesquisa).
E18.4 Implantar sistema de informação integrado	A18.4.1 Realizar uma avaliação abrangente das necessidades de informação de todos os departamentos municipais para identificar os requisitos específicos do sistema de informação integrado.	Identificar os requisitos específicos do sistema municipal de informação.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Completar a avaliação das necessidades de informação em todos os departamentos até o final do 3º ano.	• Número de avaliações realizadas • Número de requisitos identificados.
	A18.4.2 Desenvolver e implementar sistema informacional único e integrado que permita o acompanhamento e controle eficazes das ações, programas e políticas municipais, incluindo o Plano Diretor.	Permitir o acompanhamento e controle eficazes das ações, programas e políticas municipais, incluindo o Plano Diretor.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Implementar o sistema informacional em 100% dos departamentos até o final do 3º ano.	• Número de departamentos utilizando o sistema informacional • Percepção sobre a eficácia do controle das ações municipais (pesquisa).

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

DIRETRIZ D18 Modernizar a estrutura administrativa

ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A18.4.3 Desenvolver e implementar ferramentas de análise de dados e geração de relatórios para ajudar os tomadores de decisão municipais a avaliar o desempenho e a eficácia das políticas e programas governamentais.	Avaliar o desempenho e a eficácia das ações públicas.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 1.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Desenvolver e implementar ferramentas de análise de dados em 100% dos departamentos até o final do 3º ano.	• Número de ferramentas implementadas • Percepção sobre a qualidade da tomada de decisão (pesquisa).
E18.5 Promover a sustentabilidade financeira	A18.5.1 Implementar políticas de controle de gastos, revisão periódica de contratos e processos de licitação transparentes para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.	Garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e responsável.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Implementar políticas de controle de gastos em 100% dos departamentos até o final do 3º ano.	• Redução nos gastos desnecessários • Aumento da transparência nos processos de licitação.
	A18.5.2 Estabelecer parcerias público-privadas para desenvolver e financiar projetos de infraestrutura e serviços públicos, compartilhando custos e riscos e aumentando a capacidade de investimento do município.	Compartilhar custos e riscos e aumentar a capacidade de investimento do município.	Média	Médio prazo	Secretarias municipais	R\$ 10.000.000,00	Recursos municipais; Parcerias	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Estabelecer 5 parcerias público-privadas até o final do 7º ano.	• Número de parcerias estabelecidas • Percepção sobre o impacto social e econômico dos projetos desenvolvidos (pesquisa).

ASPECTOS INSTITUCIONAIS										
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA										
DIRETRIZ	D18 Modernizar a estrutura administrativa									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A18.5.3	Buscar financiamento em nível estadual, federal e internacional para financiar projetos específicos de desenvolvimento urbano, sustentabilidade ambiental e melhoria da qualidade de vida da população,	Alta	Execução contínua	Secretarias municipais	R\$ 15.000.000,00	Financiamento estadual; Financiamento federal; Financiamento internacional	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Captar ao menos R\$ 15 milhões em financiamentos	• Valor dos financiamentos captados • Número de projetos financiados • Número de secretarias atendidas.
	A18.5.4	Estabelecer mecanismos de transparência na gestão financeira municipal, disponibilizando informações sobre receitas, despesas e contratos publicamente, e garantindo que os cidadãos possam acompanhar e fiscalizar o uso dos recursos públicos	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Implementar mecanismos de transparência em 100% dos departamentos até o final do 3º ano.	• Número de informações disponibilizadas publicamente • Número de acessos no portal da transparência • Número de departamentos com mecanismos de transparência implementados
	A18.5.5	Constituir uma reserva de contingência para lidar com situações de emergência e imprevistos, garantindo a estabilidade financeira do município diante de eventos adversos.	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 5.000.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Constituir uma reserva de contingência de R\$ 5 milhões até o final do 3º ano.	• Valor da reserva constituída • Utilização eficiente dos recursos em situações de emergência.

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6. Projetos estruturantes estratégicos

Em Campina Grande do Sul, a revisão do Plano Diretor Municipal integra um conjunto de projetos estruturantes estratégicos que refletem o desenvolvimento urbano sustentável do município. Este capítulo apresenta o detalhamento dos projetos elaborados durante a Etapa 3 (Definição e pactuação das diretrizes e propostas) e apresentados no *Produto 6 – Plano de diretrizes e propostas (preliminar)* da revisão do PDM. Tais projetos estão organizados em três pilares principais: **Uso Sustentável do Solo, Desenvolvimento Turístico e Fortalecimento Institucional**.

O detalhamento dos projetos estruturantes estratégicos será realizado por meio do Plano de Ação e Investimento, que constitui um instrumento para a operacionalização das iniciativas descritas, estabelecendo os prazos, as metas e as fontes de recursos e financiamento, além dos indicadores de monitoramento. Os quadros com as propostas detalhadas são apresentados na sequência.

2.6.1. Uso sustentável do solo

No contexto do primeiro projeto estratégico proposto na revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul, são apresentadas aqui as estratégias e ações detalhadas para promover o uso sustentável do solo, focando na criação de núcleos urbanos que facilitarão uma distribuição equilibrada de serviços e infraestruturas, além da promoção de melhorias habitacionais e urbanísticas. Essas estratégias visam ampliar a mobilidade e a acessibilidade, integrando áreas urbanas e rurais, garantindo que toda a população seja contemplada.

O eixo de fortalecimento das centralidades urbanas propõe a reestruturação do modelo urbano vigente por meio da reorganização fundiária e da readequação de infraestruturas. O objetivo é criar centralidades urbanas que reduzam a necessidade de extensos deslocamentos, que promovam o crescimento econômico localizado, e que melhorem a infraestrutura em regiões estratégicas do município. Para isso, serão implementados corredores de mobilidade sustentável, desenvolvendo vias prioritárias para transportes não motorizados e de massa, integrados ao planejamento urbano conforme o PlanMob atualmente em desenvolvimento.

Além disso, serão aplicadas medidas urbanas de segurança, como a melhoria da iluminação pública e a vigilância comunitária, promovendo um design arquitetônico que favoreça espaços abertos e seguros. As áreas identificadas como degradadas deverão ser requalificadas através de projetos de revitalização de espaços públicos, direcionando-os para a oferta de serviços e comércio, contribuindo para a reativação econômica local. Nesse cenário, serão fortalecidos o comércio local e a economia criativa, fomentando a diversidade econômica nessas centralidades propostas.

Um mapeamento colaborativo deverá ser desenvolvido para identificar características e valores culturais únicos de cada porção territorial, visando a proposição de uma divisão formal de bairros no município (medida associada ao terceiro projeto estratégico apresentado no item 2.6.2 deste relatório). Em consonância, serão ampliados os centros culturais multifuncionais, criando-se espaços que combinem atividades culturais, educativas e de lazer, melhorando a distribuição de equipamentos de educação e áreas verdes.

Destaca-se, por sua vez, que o eixo de qualificação habitacional e urbanística da ocupação tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade e qualificação urbana do ambiente circundante, aprimorando as habitações existentes, as infraestruturas e os serviços urbanos, promovendo a integração social e o desenvolvimento urbano coeso. Será realizada a qualificação de áreas já regularizadas, melhorando as condições habitacionais existentes e expandindo e conectando as edificações às redes de infraestruturas. Ainda nesse eixo, haverá a ampliação do acesso a serviços públicos, com a construção de novas infraestruturas onde foram identificadas áreas deficitárias, pensando em melhorias dos aspectos urbanísticos e na qualificação dos espaços públicos. Esse processo deverá envolver as comunidades para a identificação de demandas e a formulação de soluções, promovendo a gestão democrática.

De modo geral, as estratégias elencadas nesse eixo objetivam conferir maior segurança de posse aos ocupantes; aprimorar as condições das moradias, promover intervenções para a melhoria dos espaços públicos e acesso às redes de infraestruturas e serviços públicos com base nas demandas diagnosticadas por meio do PLHIS; além de garantir o envolvimento dos beneficiados nas diferentes fases das ações do programa de Reurb, desde a identificação de necessidades locais até a definição das intervenções urbanas e projetos para as residências.

Complementando essas estratégias, com o eixo de mobilidade e acessibilidade tem-se uma reestruturação e otimização do modelo urbano atual, criando e aprimorando uma malha de transporte capaz de interligar os novos centros urbanos a outras áreas da cidade — essas especificações seguirão as diretrizes do PlanMob. Destaca-se que a infraestrutura de transporte deverá incorporar rotas que destacam as características ambientais do município e fortalecem as conexões com municípios vizinhos. A proposição desses corredores de transporte visa facilitar deslocamentos bem como dar suporte ao desenvolvimento das já citadas novas centralidades urbanas.

Para a implementação eficaz dessa malha de transporte, a infraestrutura deverá ser compatibilizada aos usos previstos e dimensionada conforme a demanda. A gestão das áreas urbanas envolverá a colaboração entre várias secretarias para ser capaz de priorizar a manutenção, a destinação de vagas de estacionamento em locais turísticos, e, principalmente, as obras necessárias para a acessibilidade dos espaços públicos. Ainda, melhorias nas sinalizações horizontal e vertical serão implementadas para facilitar a orientação de turistas e visitantes nas áreas urbanas e rurais, novamente em conformidade com as diretrizes e propostas estabelecidas no PlanMob.

Salienta-se que a concretização dessas propostas depende da participação ativa da gestão pública, da população e de outros atores interessados na transformação urbana, requerendo um processo transparente de consulta pública.

2.6.1.1. Centralidades urbanas

Quadro 19 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo centralidades urbanas)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
CENTRALIDADES URBANAS									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Implementação de Corredores de Mobilidade Sustentável	Desenvolver vias prioritárias para transportes não motorizados e de massa, integrando-os ao planejamento urbano conforme o PlanMob.	Alta	Curto prazo	Perímetro urbano	R\$ 3.500.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias Público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná	Implementar pelo menos 1 corredor de mobilidade sustentável, incluindo pontos de bicicletas compartilhadas, com aumento de 25% novas paradas de ônibus, 25 km de infraestrutura cicloviária, visando reduzir em 20% o uso de veículos particulares e aumentar o uso de bicicletas e transporte público.	• Número de corredores implementados; • Aumento no uso de transportes não motorizados; • Redução no tempo de deslocamento; • N.º de novas paradas de ônibus; • Quilometragem de novas infraestruturas cicloviárias estruturadas; • N.º de pontos de bicicletas compartilhadas criados
Fortalecimento da Segurança Urbana	Implementar melhor iluminação pública e vigilância comunitária, promovendo um design arquitetônico que favoreça espaços abertos e seguros.	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$ 3.500.000,00	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias Público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Instalar novos postes de iluminação, em pelo menos 20% do território definido como perímetro urbano, visando reduzir em 25% os índices de criminalidade em áreas prioritárias	• Percentual de novos postes de iluminação instalados; • Redução na criminalidade; • Aumento na sensação de segurança da população

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO

CENTRALIDADES URBANAS

AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Requalificação de áreas urbanas públicas degradadas, incluindo espaços urbanos vazios, construções abandonadas, corredores viários e espaços públicos deteriorados	Revitalizar espaços públicos, incluindo áreas urbanas degradadas, espaços vazios, construções abandonadas, corredores viários e espaços públicos deteriorados, para oferecer serviços e comércio, contribuindo para a reativação econômica local, promovendo a integração social e melhorando a qualidade de vida da comunidade	Alta	Médio prazo	Perímetro urbano	R\$1.100.00,00 + Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias Público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Requalificar, pelo menos 50% das áreas urbanas degradadas — prioritariamente na Sede e Jardim Paulista —, resultando em novos espaços comerciais, e aumentando em 30% a atividade econômica nas áreas requalificadas.	• Número de áreas requalificadas; • Percentual de aumento na atividade econômica local; • Satisfação dos moradores (pesquisa de satisfação)
Incentivo ao comércio local e economia criativa	Fomentar a diversidade econômica nas centralidades por meio do incentivo ao comércio local e à economia criativa.	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias Público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Incentivar o desenvolvimento de novos comércios; desenvolver ao menos um programa de crédito para apoiar iniciativas de economia criativa, criando novos empregos diretos, e aumentar a renda média dos negócios locais	• Número de programas desenvolvidos • Número de iniciativas de economia criativa apoiadas • Número de novos negócios estabelecidos •

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
CENTRALIDADES URBANAS									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Ampliação de centros culturais multifuncionais	Criar espaços que combinem atividades culturais, educativas e de lazer, servindo como pontos de encontro e integração comunitária	Média	Médio prazo	Perímetro urbano	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Parcerias Público-privadas	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	Criar pelo menos 1 novo centro cultural multifuncional, aumentando em 40% a participação comunitária em atividades culturais, além de implementar ao menos 2 novos programas culturais e educativos.	• Número de centros culturais ampliados; • Aumento na participação comunitária; • Satisfação dos usuários (pesquisa de satisfação) • Número de programas culturais e educativos implementados

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.1.2. Qualificação habitacional e urbanística da ocupação

Quadro 20 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo qualificação habitacional e urbanística da ocupação)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANÍSTICA DA OCUPAÇÃO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Diagnosticar e identificar as áreas urbanas mais vulneráveis, com maior déficit de infraestruturas e serviços essenciais, e predominância de moradores de baixa renda (até 2 SM), para a demarcação complementar das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) (associado à Estratégia E5.1 , de Revisão do PLHIS)	Demarcar ZEIS como instrumento para a manutenção da população de baixa renda nos locais onde já reside, flexibilizando os parâmetros de ocupação do solo.	Alta	Curto prazo	Assentamentos precários e vulneráveis identificados e caracterizados pelo PLHIS (a ser revisto, conforme Estratégia E5.1)	Já está contemplado pela Estratégia E5.1 , Ação A5.1.1	Recursos municipais; Parcerias com agências de desenvolvimento e/ou termos de cooperação técnica.	Principal órgão responsável: órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	100% dos assentamentos precários e vulneráveis identificados, caracterizados e abrangidos por ZEIS instituídas legalmente.	Percentual de ZEIS demarcadas e incorporadas à normativa legal em vigor.
Realizar a demarcação urbanística de áreas ocupadas pelos assentamentos informais identificados pelo PLHIS (Estratégia E5.1), nos termos da Lei Federal n.º 13.465/2017 e da legislação municipal correspondente (decorrente da Estratégia E4.1)	Conferir maior segurança de posse aos moradores, enquanto não são contemplados pelo processo integral de urbanização e regularização fundiária do Programa de Reurb Plena.	Alta	Médio prazo	Assentamentos precários e vulneráveis identificados e caracterizados pelo PLHIS (a ser revisto, conforme Estratégia E5.1)	Técnico-administrativo	Recursos municipais; Financiamentos estaduais.	Principal órgão responsável: órgão municipal de habitação instituído	Conclusão da demarcação urbanística dos assentamentos informais consolidados em até 4 (quatro) anos.	Percentual de famílias que obtiveram a demarcação urbanística de seus domicílios, com base no total de famílias obtido por meio da atualização do PLHIS.
Envolver as comunidades beneficiadas e engajá-las a participar da identificação de demandas para as áreas regularizadas documentalmente (titulação de posse), formulação de propostas e intervenções urbanas, por meio de espaços públicos de discussão, oficinas e/ou capacitações para a mobilização social, por meio do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas - Reurb Plena (associado à Estratégia E5.5)	Garantir a participação ativa das populações beneficiadas, incentivando-as a identificar necessidades das áreas em que residem e a colaborar na criação de propostas e intervenções urbanas, fomentando uma maior integração social.	Alta	Médio prazo	Áreas definidas para serem contempladas pelo Programa Municipal de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas — Reurb Plena	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: órgão municipal de habitação instituído Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura	Participação de 70% a 80% das famílias beneficiadas nas fases de diagnóstico e propostas.	• Número de eventos realizados com a comunidade ao longo do Programa. • Percentual de participação de representantes dos domicílios nos eventos.

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO

QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANÍSTICA DA OCUPAÇÃO

AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Efetuar reformas e benfeitorias para a qualificação dos domicílios que fazem parte das áreas regularizadas documentalmente (titulação de posse), por meio do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas das áreas regularizadas documentalmente — Reurb Plena (associado à Estratégia E5.5)	Aprimorar as condições habitacionais existentes, por meio de iniciativas destinadas a melhorar os domicílios, conforme as necessidades e demandas por benfeitorias diagnosticadas junto às famílias residentes.	Alta	Longo prazo	Áreas definidas para serem contempladas pelo Programa Municipal de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas - Reurb Plena	R\$ 15.000,00 por unidade habitacional (em média)	Recursos municipais; Financiamentos estatais e federais - Caixa Federal, Pró-Moradia.	Principal órgão responsável: órgão municipal responsável pela habitação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	100% dos domicílios dos assentamentos com pelo menos uma benfeitoria efetuada.	• Percentual de domicílios a receberem obras de reforma. • Percentual de domicílios a receberem obras de manutenção. • Percentual das famílias consultadas nas fases de diagnóstico e de propostas.
Realizar obras de melhoramento e qualificação dos espaços, equipamentos e logradouros públicos das áreas regularizadas documentalmente (titulação de posse), por meio do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas das áreas regularizadas documentalmente - Reurb Plena (associado à Estratégia E5.5)	Promover melhorias urbanísticas nos espaços públicos, conforme as necessidades e demandas diagnosticadas junto das comunidades.	Alta	Longo prazo	Áreas definidas para serem contempladas pelo Programa Municipal de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas - Reurb Plena	A depender do conjunto de espaços determinada pelo Programa	Recursos municipais; Financiamentos estatais e federais - Caixa Federal, Pró-Moradia.	Principal órgão responsável: órgão municipal responsável pela habitação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Obras de implantação e de melhoria das calçadas realizadas e construção de novos espaços livres públicos (praças, jardins, etc.) nas áreas contempladas pelo Programa de Reurb Plena.	• Percentual da extensão (em km) de calçadas construídas e/ou reformadas em relação ao total previsto. • Percentual de áreas com implantação de espaços livres públicos (praças, jardins, etc).

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
QUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANÍSTICA DA OCUPAÇÃO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Realizar obras de implantação, ampliação, adequação de infraestruturas urbanas e serviços públicos e/ou ligação dos domicílios às redes existentes, priorizando as áreas mais vulneráveis, deficitárias e de menor renda (até 2 SM), por meio do Programa de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas das áreas regularizadas documentalmente - Reurb Plena (associado à Estratégia E5.5)	Ampliar o acesso às infraestruturas urbanas e serviços públicos essenciais, conforme as necessidades e demandas diagnosticadas.	Alta	Longo prazo	Áreas definidas para serem contempladas pelo Programa Municipal de Regularização Fundiária e Melhorias Urbanísticas - Reurb Plena	A depender do conjunto de infraestruturas necessárias determinada pelo Programa	Recursos municipais; Financiamentos estaduais e federais — Caixa Econômica Federal, Pró-Moradia.	Principal órgão responsável: órgão municipal responsável pela habitação Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	100% das áreas contempladas pelo Programa de Reurb Plena atendidas por acesso às infraestruturas urbanas e serviços públicos essenciais.	• Percentual de acesso domiciliar regular às redes de infraestruturas urbanas nas áreas contempladas pelo Programa. • Percentual de ocupações com melhorias de infraestrutura concluídas.

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.1.3. Mobilidade e acessibilidade

Quadro 21 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de uso sustentável do solo (eixo mobilidade e acessibilidade)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Revitalizar a Rodovia do Caqui (PR-506), qualificando o eixo de conexão entre bairros (associado a ação A14.2.2)	Promover a melhora da circulação e da segurança dos diferentes modais nos deslocamentos realizados pela Rodovia do Caqui	Alta	Verificar prazos estabelecidos na ação A14.2.2, referentes ao acompanhamento das atividades relacionadas com o projeto de duplicação e requalificação da PR-506.	Área de abrangência da porção urbana da Rodovia do Caqui (PR-506)	Técnico-administrativo (associado a ação A14.2.2)	Recursos estaduais (associado a ação A14.2.2)	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação Demais órgãos envolvidos: Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná (DER/PR).	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.
Implementar área calma de circulação do Bairro Jardim Paulista	Promover a segurança da circulação na centralidade do bairro Jardim Paulista, por meio de regulamentação de área calma e vias de circulação prioritária de pedestres	Alta	Verificar prazos de implementação de área calma, conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Bairro Jardim Paulista	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade.	Recursos municipais.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Implementar as rotas acessíveis do bairro Jardim Paulista, conforme estabelece a Proposta 11.2 do Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul	Promover a circulação e o acesso equitativo a equipamentos públicos, comércio e serviços, e demais estruturas do bairro Jardim Paulista.	Alta	Verificar prazos de implementação de calçamento, conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Bairro Jardim Paulista	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.
Implementar e requalificar calçadas com acessibilidade promovendo a circulação pedonal segura para todos os públicos (associado a estratégias E15.2)	Promover infraestrutura confortável e acessível a toda a população	Alta	Verificar prazos de implementação de calçamento, conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Município de Campina Grande do Sul	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais; Fundos estaduais; Programas federais; Instrumento de Contribuição de Melhorias; Parcerias público-privadas; Contrapartidas de Instrumentos urbanísticos.	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – USO SUSTENTÁVEL DO SOLO									
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Implementar a área de controle de circulação de cargas do bairro Jardim Paulista, conforme estabelece a Proposta 7.2 do Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul	Regulamentar a circulação de caminhões na centralidade do bairro Jardim Paulista, reduzindo o conflito entre modais e otimizando a circulação.	Alta	Verificar prazos de implementação específicos por setor, conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Bairro Jardim Paulista	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.
Implementar sistema de estacionamento rotativo no Bairro Jardim Paulista, conforme estabelece a Proposta 8.2 do Plano de Mobilidade de Campina Grande do Sul	Democratizar o acesso aos estacionamentos públicos existentes na centralidade do bairro Jardim Paulista,	Alta	Verificar prazos de implementação específicos por setor, conforme Produto 6 do Plano de Mobilidade	Bairro Jardim Paulista	Verificar os custos estimados no do Produto 6 do Plano de Mobilidade	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Ordem Pública e Segurança. Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação.	Metas comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhadas no Produto 6 do PlanMob.	Indicadores comuns ao Plano de Mobilidade, conforme detalhados no Produto 6 do PlanMob.

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.2. Desenvolvimento turístico

O projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico, conforme proposto no *Produto 6 – Definição e pactuação de propostas (consolidado)*, se estrutura a partir de três eixos estratégicos principais: desenvolvimento e promoção de rotas turísticas; a criação de uma identidade visual que reflita a vocação turística do município na RMC e o fortalecimento do turismo no município a partir da capacitação de agentes locais; o desenvolvimento de parcerias estratégicas com operadores turísticos e a criação e a ampliação de eventos que possam atrair visitantes nacionais e internacionais.

As rotas turísticas integram o patrimônio cultural e ambiental do município e se estruturam sobre percursos que têm por objetivo a promoção do desenvolvimento turístico da região. Ao todo, foram previstas três principais rotas:

- **Rota Serra do Mar**, que tem como foco principal o turismo de aventura aliado com a sustentabilidade e percorre por localidades onde há a presença marcante da natureza;
- **Rota da Tilápia**, que propõe a promoção de atividades associadas à pesca e ao lazer aquático, explorando e promovendo atrativos naturais relacionados a esse entretenimento;
- **Rota Transcontinental do Caminho do Peabiru**, que se trata de um caminho pré-colonial que conectava os oceanos Atlântico e Pacífico, e cujo traçado abrange uma importante área rural do município onde se encontra a Igreja do Mandaçaia e outras edificações inventariadas por Cyro Corrêa Lyra em 1977.

Entre as ações propostas para a estruturação das rotas turísticas está o inventário das três, com o objetivo de identificar possíveis atrativos turísticos e culturais, ramificações e pontos para observação da paisagem natural. Outra questão importante para a estruturação do município como destino turístico é a criação de uma identidade visual que possibilite a promoção dos produtos turísticos e posicione estrategicamente Campina Grande do Sul na RMC e dentro do mercado global competitivo.

O terceiro eixo consiste na oferta de infraestrutura de suporte ao turismo, que possibilite mobilidade, acessibilidade, campanhas publicitárias, de treinamento e capacitação das pessoas relacionadas com a recepção de turistas. A infraestrutura também

consiste em obras e intervenções que ofereçam conforto e segurança aos visitantes, como áreas de estacionamentos, banheiros, áreas de estar, quiosques e demais áreas de apoio.

VERSÃO PRELIMINAR

2.6.2.1. Rotas turísticas

Quadro 22 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo rotas turísticas)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
ROTAS TURÍSTICAS									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Captar recursos para contratação de empresa especializada na elaboração de projetos para a implementação de rotas turísticas	Captar recursos para contratação de projetos de rotas turísticas	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Captar recursos para a contratação de projetos de implementação de rotas turísticas em até 2 anos	Recebimento dos recursos ou assinatura de convênios para obtenção de recursos
Realizar inventário com o objetivo de identificar as possíveis rotas turísticas, tendo como premissa as três já identificadas: Rota Serra do Mar; Rota da Tilápia; e Rota Transcontinental do Caminho do Peabiru.	Delimitar traçados, identificação dos atrativos turísticos, pontos de paradas, áreas de repouso, lazer e comércio de produtos tradicionais. Verificar quais pontos poderiam ser acessíveis devido às condições topográficas.	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 300.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Elaboração do inventário e delimitação das rotas em 3 anos	Entrega da publicação do inventário e delimitação das rotas

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
ROTAS TURÍSTICAS									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Elaborar projeto de acessibilidade universal em pontos específicos das rotas turísticas identificados no inventário, que possibilitem, devido à topografia e condições territoriais a sua aplicabilidade	Garantir a acessibilidade universal nas rotas turísticas	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$250.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Elaborar projeto de acessibilidade universal para localidades específicas das rotas turísticas em até 3 anos	Projeto de acessibilidade universal para localidades específicas das rotas turísticas realizado
Executar projeto de acessibilidade universal em pontos específicos identificados no inventário das rotas turísticas	Garantir a acessibilidade universal nas rotas turísticas	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 750.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	Executar projeto de acessibilidade universal em 4 anos	Projeto executado e em funcionamento

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
ROTAS TURÍSTICAS									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Formar guias turísticos nas comunidades onde os caminhos perpassam	Formar de Guias turísticos	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 30.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Formar a primeira turma composta por pelo menos 10 guias turísticos em 3 anos	Número de guias turísticos cadastrados no município

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.2.2. Identidade municipal

Quadro 23 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo identidade municipal)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
IDENTIDADE MUNICIPAL									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Captar recursos para contratação de empresa especializada em elaboração de identidade visual	Captar recursos para contratação de projetos de identidade visual	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Captar recursos em 2 anos	Recebimento dos recursos ou assinatura de convênios para obtenção de recursos
Elaborar edital de concorrência pública para contratação de empresa para elaboração da Identidade Visual do Município	Elaboração do edital para contratação de empresa	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Lançamento do edital em 2 anos	Lançamento do certame

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
IDENTIDADE MUNICIPAL									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Contratar empresa especializada para elaboração da identidade visual do município	Contratar empresa para elaboração do projeto de identidade visual	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 150.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Contratar empresa para elaborar a identidade visual do município em 3 anos	Contratação da empresa
Realizar escutas públicas com a participação da empresa contratada para discussão das premissas relativas à identidade visual do município	Realizar audiências públicas	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 15.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Realização de audiências públicas em 3 anos	Realização das audiências públicas

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
IDENTIDADE MUNICIPAL									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Validar a identidade visual elaborada pela empresa junto à população	Realizar audiências públicas para a aprovação da identidade visual	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 15.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Realização de audiências públicas em 3 anos	Realização das audiências públicas
Aplicar e divulgar a identidade visual em sites, mídias sociais e na imprensa, com abrangência estadual, tendo como foco principal a RMC	Divulgar a identidade visual do município	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 30.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Divulgação da identidade visual do município em 3 anos	Número de publicação em veículos de imprensa, sites e redes sociais

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.2.3. Infraestrutura e suporte ao turismo

Quadro 24 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de desenvolvimento turístico (eixo infraestrutura e suporte ao turismo)

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
INFRAESTRUTURA E SUPORTE AO TURISMO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Captar recursos para contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de infraestrutura das três rotas já identificadas no Produto 05: Rota Serra do Mar: aventura e sustentabilidade; Rota da Tilápia e Rota Transcontinental do Caminho do Peabiru	Captar recursos para contratação de projetos e das obras de infraestrutura	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Captar recursos em até 2 anos	Recebimento dos recursos ou assinatura de convênios para obtenção de recursos
Realizar escuta pública com a população e especialistas para elencar a infraestrutura necessária para as rotas turísticas do município	Elencar de maneira participativa os projetos de infraestrutura necessários pra implementação de rotas turísticas	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura	Realizar a audiência pública em 2 anos	Realização da audiência pública

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
INFRAESTRUTURA E SUPORTE AO TURISMO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Elaborar edital de licitação e contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento de projetos de infraestrutura	Contratar empresa para a elaboração de projeto de infraestrutura	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Elaboração do edital em 3 anos	Lançamento da licitação

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
INFRAESTRUTURA E SUPORTE AO TURISMO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Elaborar projetos de infraestrutura como estacionamentos, pontos de parada com mirantes, banheiros públicos, quiosques, paraciclos e demais mobiliários e equipamentos de suporte	Elaborar os projetos de infraestrutura	Alta	Curto prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 500.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Entrega dos projetos de infraestrutura e de suporte ao turismo em 5 anos	Entrega dos projetos

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
INFRAESTRUTURA E SUPORTE AO TURISMO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Elaborar edital de licitação para contratação de construtora para execução das obras de infraestrutura	Contratar empresa para execução das obras de infraestrutura	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	Técnico-administrativo	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Elaboração do edital em 5 anos	Lançamento da licitação

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO									
INFRAESTRUTURA E SUPORTE AO TURISMO									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Executar obras de infraestrutura de suporte ao turismo em Campina Grande do Sul	Executar as obras de infraestrutura	Média	Médio prazo	Município de Campina Grande do Sul	R\$ 3.000.000,00	Recursos federais; Recursos estaduais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Ação Social, Família e Cultura; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura; Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística	Execução das obras de infraestrutura e de suporte ao turismo em 7 anos	Finalização das obras

Fonte: URBTEC™ (2024).

2.6.3. Fortalecimento institucional

O desempenho da gestão pública impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados à população, gerando constantes cobranças por melhorias. Em Campina Grande do Sul, diversas deficiências foram identificadas, incluindo distribuição territorial desequilibrada, estrutura administrativa enxuta, carência de profissionais e falta de sistemas adequados para controle e monitoramento de políticas públicas. Para enfrentar esses desafios, foi proposto no *Produto 6 – Plano de diretrizes e propostas (consolidado)* um projeto de fortalecimento institucional focado em otimizar e integrar serviços públicos, garantir participação comunitária, reforçar o quadro de funcionários, investir em capacitação, atualizar a infraestrutura, implantar sistemas integrados de informação e promover a sustentabilidade financeira. A elaboração do plano é recomendada para consolidar as ações propostas no PAI, garantindo uma gestão pública mais eficiente e responsiva às necessidades da comunidade.

Quadro 25 – Plano de Ação e Investimentos: projeto estruturante estratégico de fortalecimento institucional

PROJETO ESTRUTURANTE ESTRATÉGICO — FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL									
AÇÃO	OBJETIVO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Elaborar Plano de Fortalecimento Institucional direcionado à administração pública municipal.	Fortalecer a administração pública municipal	Alta	Curto prazo	Secretarias municipais	R\$ 500.000,00	Recursos municipais	Principal órgão responsável: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Demais órgãos envolvidos: Secretaria Municipal de Governo e Comunicação	Elaborar um plano até o final do 3º ano.	Número de ações implementadas com base no plano.

Fonte: URBTEC™ (2024).

3. Sistema de monitoramento do PDM

De acordo com a Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes gerais da política urbana, o Plano Diretor deve possuir um sistema de acompanhamento e controle (Art. 42, III). Segundo a Resolução n.º 34/2005 do ConCidades, esse sistema deverá: prever as instâncias de planejamento e gestão democrática para a implementação e a revisão do Plano Diretor; apoiar e incentivar a gestão democrática e participativa, garantindo uma administração integrada entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, e a sociedade civil; assegurar amplo acesso às informações territoriais a todos os cidadãos; e monitorar a aplicação dos instrumentos do Plano Diretor e do Estatuto da Cidade.

Essa mesma resolução determina que o Plano Diretor deve especificar os instrumentos de gestão democrática do sistema de acompanhamento e controle, sua finalidade, e seus requisitos e procedimentos de aplicação, como conselho da cidade ou similar, conferências municipais, audiências públicas, consultas públicas, iniciativa popular, plebiscito e referendo. Diante dessas definições dos dispositivos legais e normativos, o sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor de Campina Grande do Sul, aqui denominado “sistema de monitoramento do PDM”, terá por finalidade organizar e sistematizar informações municipais para o monitoramento e controle das ações previstas nesta revisão do PDM. Para isso, o sistema será regido pelos seguintes princípios: participação popular e gestão democrática; transparência e controle social; e continuidade do processo de planejamento urbano.

Em Campina Grande do Sul, compõem o sistema de monitoramento do PDM os órgãos setoriais da administração pública vinculados direta ou indiretamente ao desenvolvimento urbano e ao meio ambiente. À secretaria municipal à qual o órgão responsável pelo ordenamento territorial do município está vinculado, cabe atuar na implementação e no acompanhamento do PDM. Dessa forma, é atribuída à secretaria a função de coordenar as ações definidas na revisão do Plano Diretor, gerenciando os mecanismos adequados de controle, medição e acompanhamento da implementação do instrumento.

Complementarmente, o município conta com um órgão colegiado deliberativo atuante: o Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente, o qual será aqui

referido como Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul (CMC). Dessa forma, a proposta apresentada neste capítulo parte dos pressupostos de que o CMC integrará o sistema de monitoramento do PDM, conforme as diretrizes do Estatuto da Cidade e do ConCidades, e de que haverá a criação de um comitê intersecretarial de desenvolvimento urbano com as atribuições especificadas na sequência deste capítulo. Ainda, o sistema de monitoramento contará com um sistema municipal de informações, de modo a contribuir para o acompanhamento e a gestão das ações por parte dos órgãos responsáveis, mas também buscando publicizar a informação para acesso da população.

Serão objetivos gerais do sistema de monitoramento do PDM de Campina Grande do Sul:

- criar indicadores que reflitam a implementação do Plano Diretor avaliando sua eficiência, eficácia e efetividade;
- fornecer subsídios aos gestores públicos e à sociedade civil para a tomada de decisões futuras;
- propiciar a participação popular dos diversos segmentos da sociedade; e
- e subsidiar a revisão periódica da lei do Plano Diretor, bem como o aprimoramento dos instrumentos urbanísticos municipais.

Caberá à Prefeitura de Campina Grande do Sul, por meio do comitê intersecretarial e do Conselho Municipal da Cidade, assegurar que os princípios e objetivos do sistema de monitoramento do PDM sejam cumpridos. Não obstante, a prefeitura municipal deverá disponibilizar meios para que a população tenha acesso às informações e participe do processo.

3.1. Comitê intersecretarial

O comitê intersecretarial terá o objetivo de acompanhar a implementação do Plano Diretor. Para isso, recomenda-se que seja composto por: 1 (um) representante do Departamento de Urbanismo, na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento; 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística; e 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura. O Comitê

terá caráter estritamente técnico, sendo recomendadas reuniões periódicas, com frequência mínima de quatro vezes ao ano, sendo uma por trimestre.

As principais atribuições do comitê incluem: a elaboração de indicadores para o monitoramento do PDM, tendo em vista o Plano de Ação e Investimentos (PAI); a revisão e o aprimoramento do conjunto de indicadores utilizados para o monitoramento do Plano Diretor e do PAI; a realização de pesquisas para o acompanhamento desses indicadores, quando necessárias; a elaboração de relatórios de acompanhamento; o suporte para melhorias no sistema de informações municipais; e o acompanhamento da produção de dados relacionados ao Plano Diretor, solicitando informações adicionais aos demais agentes públicos quando necessário.

Ainda, o comitê será responsável por realizar a comunicação com as demais secretarias municipais, promover eventos e audiências públicas, alimentar o sistema municipal de informações e remeter, anualmente, relatórios de acompanhamento do PDM ao CMC.

3.2. Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul

Criado pela Lei Municipal n.º 388/2015⁸, o Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul, órgão permanente de caráter consultivo e deliberativo do município, é responsável pelo apoio, pela implementação, pela atualização e pelo monitoramento do Plano Diretor, se constituindo como instância máxima deliberativa. O CMC é formado por representantes da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul e por representantes de entidades e da sociedade civil do município, em composição paritária.

Em conformidade com os objetivos estabelecidos no Art. 2º da Lei Municipal n.º 388/2015, o CMC deverá: coordenar e executar as medidas necessárias ao planejamento do desenvolvimento municipal e do Plano Diretor; estabelecer canais de participação da sociedade na gestão municipal da política de desenvolvimento urbano e rural; e instituir um

⁸ A Lei Municipal n.º 388/2015 institucionaliza e define as atribuições do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente. A presente revisão do Plano Diretor Municipal sugere a alteração da nomenclatura para atender às adequações internas da prefeitura, apontadas pela Equipe Técnica Municipal. Assim, para fins de elaboração do sistema de monitoramento do PDM, será adotada a nomenclatura Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande do Sul (CMC) como convenção para referir-se ao conselho estabelecido pela lei municipal indicada.

processo permanente e sistematizado para o detalhamento, a atualização e a revisão do Plano Diretor.

Ademais, dentro do sistema de monitoramento do PDM, o CMC terá a função de avaliar, debater e fiscalizar programas, projetos e ações do Plano Diretor. Também será responsável por validar os relatórios anuais de acompanhamento produzidos pelo comitê intersecretarial e monitorar a produção de dados relacionados ao Plano Diretor.

3.3. Sistema municipal de informações

Conforme indicado no diagnóstico do município, apresentado no Produto 4 da revisão do PDM, o sistema municipal de informações possibilita o desenvolvimento, controle e monitoramento das ações, dos programas e das políticas públicas municipais. O atual sistema municipal de informações da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul conta com *softwares*, serviços e plataformas que não estão conectados entre si e não formam um sistema único, integrado e de tramitação centralizada. Além disso, a prefeitura também não possui um sistema que permita ao cidadão acompanhar a implementação do PDM ou consultar informações territoriais.

O sistema municipal de informações deve garantir amplo acesso às informações territoriais, constituindo-se como ferramenta essencial para a gestão eficiente de Campina Grande do Sul ao permitir a coleta, o armazenamento, a análise e a disseminação de dados sobre o Plano Diretor. Esse sistema tem por finalidades: a gestão eficiente, facilitando as atividades da administração pública com informações precisas e atualizadas; o aumento da transparência das ações governamentais, permitindo que cidadãos acessem informações relevantes; o incentivo à participação cidadã na gestão municipal, fornecendo informações e ferramentas para o engajamento comunitário; e o monitoramento e a avaliação contínuos do Plano Diretor.

A implementação do sistema municipal de informações envolve uma série de etapas, iniciando com o (i) planejamento, a partir da definição dos objetivos do sistema e dos indicadores chave; dando sequência ao (ii) desenvolvimento, por meio da escolha de tecnologias e do desenvolvimento de *software*, caso necessário; à (iii) implementação, conduzindo a implantação e integração do sistema com outras plataformas, caso necessário; à (iv) capacitação, com o treinamento de usuários e administradores do

sistema; e à (v) operação e manutenção, realizando o monitoramento contínuo e garantindo suporte técnico e atualizações ao sistema.

Para seu funcionamento adequado, podem ser necessário os seguintes requisitos: infraestrutura tecnológica adequada para suportar o sistema, com servidores, redes e equipamentos; medidas para proteção de dados contra acessos não autorizados e perdas, garantindo a segurança da informação; capacitação de pessoal, com treinamentos de funcionários para operar e manter o sistema; garantia da capacidade de integração com outros sistemas e bases de dados existentes no município (GeoPortal, Portal da Transparência etc.), a fim de possibilitar a interoperabilidade com outros sistemas municipais; e a adoção de uma interface amigável, garantindo acessibilidade para funcionários e munícipes.

Os procedimentos envolvidos na gestão dos dados inseridos no sistema municipal de informações incluem: a coleta, a partir da identificação de fontes (internas e externas) e tipos (primários e secundários) de dados e da definição de métodos e periodicidade para a coleta; o armazenamento, por meio da definição de bases de dados e de sistemas de armazenamento seguro; a análise, com o uso de ferramentas e métodos para análise e interpretação; a atualização, com procedimentos para garantir que os dados estejam sempre atualizados; e o backup e a recuperação, prevendo medidas para garantir a recuperação de dados em caso de falhas.

Por fim, para a publicização eficaz do sistema, uma série de medidas podem ser tomadas, como: a criação de um portal *online* no qual os dados possam ser acessados, vinculados ao *website* da prefeitura municipal; a publicação de relatórios periódicos com análises e estatística de interesse público; o desenvolvimento de aplicativos móveis para facilitar o acesso à informação pelo público; o uso de mídias sociais para divulgar informações e engajar a comunidade; e a realização de audiências e eventos públicos para apresentação de dados e obtenção de *feedback* da população.

Referências

URBTEC™. **Produto 4 – Caracterização e diagnóstico do município (consolidado).**

Etapa 2 – Leitura da realidade municipal. Revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul – PR. Mar. 2024.

URBTEC™. **Produto 5 – Plano de diretrizes e propostas (preliminar).** Etapa 2 –

Leitura da realidade municipal. Revisão do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul – PR. jun. 2024.

VERSÃO PRELIMINAR